

# TEX TOS

NDIHR

NDIHR: Memória Arquivada e História Contada

Laudereida Eliana Marques Morais

JAN/JUN.  
2024

31



O NDIHR é órgão complementar da Reitoria da Universidade Federal da Paraíba, que tem como objetivos básicos o regate, a preservação da memória e a produção de conhecimento crítico sobre a realidade nordestina. Esses objetivos se caracterizam pela abrangência multicentífica de suas pesquisas e pela diversidade de campos de conhecimento.

**Coordenadora**

Ana Andréa Vieira de Castro

**Vice-Coordenador**

Martinho Guedes dos Santos Neto

**Secretaria**

Janicleide Martins de Moraes Alves  
Naugia Maria Araújo da Silva  
Marcella Silva Mousinho Machado

**Arquivista**

Laudereida Eliane Marques Moraes

**Bibliotecária**

Cátia Cristina da Silva Costa

**Conselho Técnico Científico**

Ana Andrea V. de Castro (NDIHR/UFPA)  
Claudia Cristina do L. Borges (DH/UFPA)  
Josilene Pereira Lima (NDIHR/UFPA)  
Julianne Teixeira e Silva (DCI/UFPA)  
Martinho Guedes dos S. Neto (DH/UFPA)  
Vanderlan Paulo O. Pereira (DME/UFPA)

**Assessor de Imprensa e Comunicação**

Ednaldo Alves Costa

URL: <https://www.ufpb.br/ndihr>

<https://periodicos.ufpb.br/index.php/ndihr/index>

# TEXTOS

---

## NDIHR

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo NDIHR, com o objetivo de fomentar o debate.

© Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – **NDIHR** 2024

TEXTOS NDIHR. João Pessoa: NDIHR/UFPA, n. 31, Jan/Jun, p. 01-57, 2024.

1. Produção científica. 2. Memória. 3. Historiografia. 4. Pesquisa. I. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do autor(a), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR ou da Universidade Federal da Paraíba.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

**Editores-Chefes:**

Ms. Ana Andrea Vieira de Castro  
(NDIHR/UFPB)

Ms. Josilene Pereira Lima  
(NDIHR/UFPB)

Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto  
(DH/CCHLA/UFPB)

Dra. Rosa Maria Godoy Silveira  
(História -UFPB)

Dr. Claudia Cristina do Lago Borges  
(DH/CCHLA/UFPB)

Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto  
(DH/CCHLA/UFPB)

Dr. Tiago Bernadon de Oliveira  
(DH/CCHLA/UFPB)

Dr. Vanderlan Paulo de Oliveira Pereira  
(DME/CE/UFPB)

**Mídias sociais e divulgação**

Marcella Silva Mousinho Machado

**Editoração eletrônica:**

Sthela Rivillyn Rocha

**Conselho Consultivo**

Dr. Augusto Cesar Acioly Paz Silva  
(AESA-CESA-PE), Arcoverde, PE, Brasil

Dr. César Augusto Bubolz Queirós  
(UFAM), Manaus, AM, Brasil

Dr. Gerson Wasen Fraga (UFFS),  
Erechim, RS, Brasil

Dr. Laurindo Mekie Pereira (Unimontes),  
Montes Claros, MG, Brasil

Dr. Shslayder Lira dos Santos (FPB), João  
Pessoa, PB, Brasil

Dr. Tiago Bernadon de Oliveira (UFPB),  
João Pessoa, PB, Brasil

Dr. Tiago Luís Gil (UNB), Brasília, DF,  
Brasil

Dra. Alessandra Izabel de Carvalho  
(UEPG), Ponta Grossa, PR, Brasil

Dra. Naiara Ferraz Bandeira Alves  
(UEPB), Guarabira, PB, Brasil

Dra. Nora de Cássia Gomes de Oliveira  
(UNEB), Santo Antônio de Jesus, BA,  
Brasil

Dra. Simone da Silva Costa (UFRN),  
Caicó, RN, Brasil

Dra. Thaís Alves Marinho (PUC-GO),  
Goiânia, GO, Brasil

Ms. Sueleide Castro Fernandes (SEE-PB),  
Patos, PB, Brasil

**Copyright © 1983-  
UFPB/REITORIA/NDIHR**

É como imensa satisfação que apresentamos o número 31 do periódico Textos NDIHR. Depois de uma longa interrupção, esse periódico volta com acesso irrestrito e com a qualidade que sempre permeou as pesquisas do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) da Universidade Federal da Paraíba.

Textos NDIHR se consolidou desde a sua criação em 1983, como um periódico de aprofundado rigor teórico e metodológico de pesquisa, cuja disseminação se fizeram sentir nas pesquisas desenvolvidas pelas ciências humanas, sobretudo, na pesquisa histórica a partir da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Essa publicação permeou debates e fomentou a emergência de temas de pesquisa dos mais variados ao longo de seus 30 números publicados até 1999. Foram resultados e percursos metodológicos de pesquisa adensados e que muito contribuíram para a consolidação da pesquisa na Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

Diante de tamanha responsabilidade e primando pela qualidade teórico-metodológica, esse novo ciclo de publicações do Textos NDIHR se inicia com o texto da arquivista do NDIHR: Laudereida Eliana Marque Morais, no afã de trazer para o leitor a trajetória de pesquisa e a organização institucional do Núcleo, de modo que possamos perceber o compromisso que o NDIHR tem, desde a sua fundação em 1976, com a disseminação, organização e preservação da memória, como pressuposto para construção do conhecimento crítico sobre a realidade nordestina.

A autora discorre em um bem elaborado levantamento arquivístico, os fundamentos da organização e da pesquisa no NDIHR, levando o leitor a conhecer as linhas temáticas de pesquisa e alguns dos caminhos percorridos pelos pesquisadores, para que a produção do conhecimento científico seja qualificada para fomentar o debate entre os pesquisadores, os estudantes e a sociedade.

Prestes a completar 50 anos, o NDIHR inicia esse novo ciclo de discussões e de produção do conhecimento ao lado da ciência, com a perspectiva de que a pesquisa social transforme a sociedade de forma fundamentada e contribua para o debate sobre a realidade nordestina.

# NDIHR: Memória Arquivada e História Contada

## *NDIHR: Archived Memory and Told History*

*Laudereida Eliana Marques Morais*

*Universidade Federal da Paraíba*

<https://orcid.org/0009-0006-5726-7023>

### Resumo:

Este texto discute a memória arquivada como a inscrição do discurso, do testemunho, das Coisas passadas e ditas; refere-se à vontade de guardar e conservar, através da escrita, o passado no nosso presente e futuro (RICCEUR, 2007). Nesse contexto, através deste trabalho, realizou-se uma pesquisa documental, com o objetivo de descrever e analisar a produção literária científica do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), órgão suplementar da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e caracterizar suas práticas de produção e disseminação da informação. A análise dos dados mostrou que, como instituição-memória, o NDIHR tinha como prática disseminar a informação através de publicações sobre a história regional e local. Nessas publicações, prevaleceram trabalhos com autorias únicas e a colaboração de autores com formação acadêmica em História e Biblioteconomia. O NDIHR se constituiu, portanto, como um órgão de vanguarda na Universidade Federal da Paraíba, com a introdução de uma nova concepção de História e novos métodos de pesquisa.

Palavras-chaves: NDIHR. Memória arquivada. Informação histórica. Historiografia

### Abstract:

This text discusses archived memory as the inscription of speech, testimony, of Things past and said; refers to the desire to save and preserve, through writing, the past in our present and future (RICCEUR, 2007). In this context, through this work, documentary research was carried out, with the aim of describing and analyzing the scientific literary production of Regional Documentation and Historical Information Center (NDIHR), supplementary body of the Federal University of Paraíba (UFPB), and characterize their information production and dissemination practices. Data analysis showed that, as a memory institution, the NDIHR had the practice of disseminating information through publications on regional and local history. In these publications, works with single authors and the collaboration of authors with academic training in History and Library Science prevailed. The NDIHR was therefore established as a vanguard body at the Federal University of Paraíba, with the introduction of a new conception of History and new research methods.

Keywords: NDIHR. Archived memory. Historical information. historiography

## 1. Introdução

O momento do arquivo é o momento do ingresso na escrita da operação historiográfica. O testemunho é originalmente oral; ele é escutado, ouvido. O arquivo é escrita; ela é lida, consultada. Nos arquivos, o historiador profissional é um leitor.

Antes do arquivo consultado, constituído, há o arquivamento. Ora, este constitui uma ruptura em um trajeto de continuidade. O testemunho dissemos, proporciona uma sequência narrativa à memória declarativa. Ora, é próprio da narrativa poder ser destacada de seu narrador, como insiste sem trégua uma crítica de verniz estruturalista. O fenomenólogo não fica atrás: entre o dizer e o dito de toda enunciação, um sutil desnível se cava, que permite que o enunciado, o dito das coisas ditas, siga uma carreira que se pode dizer, em sentido estrito, literária. A composição da trama de uma história contada vem, além disso, reforçar a autonomia semântica de um texto a qual a composição em forma de obra proporciona a visibilidade da coisa escrita. (RICOEUR, 2007, p. 176-177).

A memória arquivada é a inscrição desse discurso, desse testemunho, das coisas passadas e ditas, essa vontade de guardar e conservar através da escrita o passado no nosso presente e futuro. A humanidade sempre teve o desejo de seguir as pistas que indicavam por onde as caravanas passaram. Os registros desses vestígios são fontes inspiradoras de novos caminhos, por mais complexo que seja o trabalho do historiador. Esse registro é necessário para que outros pesquisadores possam seguir as pistas já existentes ou construir outras. Esse é o pensamento que permeia os historiadores/pesquisadores do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional/NDIHR – da Universidade Federal da Paraíba – UFPB – quando o implantaram para “Fazer História” em seus múltiplos aspectos.

Entende-se que a memória arquivada tem três aspectos distintos e que se complementam. No primeiro, ela é o testemunho registrado das experiências vividas por grupos sociais, que se encontram “dispersos” ou organizados dentro das técnicas arquivistas, acondicionados e bem guardados.

---

[1] Laudereida Eliana Marques Morais é Mestre em Ciência da Informação, especialista em História Econômica e Social do Nordeste (UFPB) e especialista em Organização de Arquivos (USP). Graduada em História (UFPB); atua como Arquivista da Universidade Federal da Paraíba, com estudos e pesquisa sobre organização de arquivos e preservação da memória. A autora atuou na organização de diversos arquivos da Paraíba, como o Arquivo da Cúria Metropolitana, do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), do Departamento de Estadados e Rodagens da Paraíba (DER-PB), entre outros.

Mas ela é também a memória que passou por todo um trabalho historiográfico – subentende-se – pelo trabalho intelectual do historiador, que escolheu os registros, as “fontes”, para construir e/ou transformar o conhecimento, reescrevendo-o, reelaborando-o. Outro aspecto tão importante quanto os dois primeiros refere-se à difusão do conhecimento construído. Assim, a memória arquivada revela-se como registro (arquivado), historiografia e difusão.

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a história e compreender o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), órgão suplementar da Universidade Federal da Paraíba enquanto espaço de memória, de pesquisa, produtor, acumulador e disseminador de produção literária científica.

A ideia de se criar o NDIHR foi gradativamente construída a partir de 1975, na gestão do Reitor Prof. Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque (1976-1980), que tinha como uma de suas principais diretrizes “a associação ensino e pesquisa, [...] o que implicava modificar algumas práticas do ensino superior anacrônicas, [...] e de encaminhar a Universidade para um esquema empresarial, capaz de viabilizar um processo de adequação da mão-de-obra ao mercado capitalista em expansão no Nordeste” (Silveira, 1980, p. 250). Entre as dificuldades existentes e que a Universidade Federal da Paraíba e o Núcleo enfrentariam, situava-se a falta de estrutura para realizar pesquisas.

O NDIHR foi criado em 1976, com o objetivo de realizar estudos e pesquisas interdisciplinares sobre temas relevantes para se compreender o processo histórico regional; identificar, referenciar e/ou organizar arquivos e conjuntos documentais, com base nas áreas temáticas das suas atividades de pesquisa sobre movimentos sociais urbanos, estrutura de poder, questão agrária, sexo e relações de gênero, educação e sociedade, entre outros; promover eventos e/ou participar deles, com o objetivo de disseminar conhecimentos e promover a atualização científica da história regional e local; prestar assessoria técnico-científica a estudiosos, instituições governamentais e a setores da sociedade civil; publicar e divulgar os trabalhos produzidos nas áreas de atuação do NDIHR e por outros estudiosos.

As ações desse núcleo de documentação geraram e ainda geram um acervo de documentos produzidos por seus programas de ações e pela ação administrativa do órgão. O NDIHR, como instituição-memória tem, em suas atividades-fim, o ensino, a pesquisa e a extensão. Em seu trabalho diário, atende a vários segmentos da sociedade, desde o pesquisador, iniciante ou profissional, até o “curioso”, e serve de laboratório a vários cursos de graduação, como História, Biblioteconomia e Arquivologia.

Na perspectiva de ser uma instituição-memória e canal para a “consciência histórica e cultural”, na concepção de Diehl (2002), e instrumento da socialização de informações históricas e historiográficas, no entender de Silveira (2007), o NDIHR/UFPB foi criado para o trabalho com a “informação histórica e historiográfica” e para promover o desenvolvimento do indivíduo, em seu grupo, e da sociedade. A ação social maior é fazer brilhar a luz do conhecimento através da “informação histórica e historiográfica”, como mediadora do conhecimento acerca das experiências vividas pela sociedade, de suas raízes, de suas realidades. Essas informações são socializadas pelo NDIHR, através de suas ações básicas, o qual, depois da pesquisa, recupera-as, organiza-as, registra-as e dissemina-as.

O registro desses conhecimentos em publicações contribui para modificar o conhecimento/saber anterior ao momento histórico em que esse registro é difundido. Assim, o NDIHR cumpre o seu papel de disseminador e socializador de informações históricas.

Entende-se a disseminação da “informação histórica e historiográfica” e a socialização do conhecimento histórico como um caminho entre o saber e o querer saber, como um percurso ou um processo que se inicia com a pesquisa e termina quando ela volta para a sociedade através da historiografia, que pode ser utilizada em sala de aula, em cursos para a comunidade, em eventos como seminários e congressos e em assessorias nos trabalhos executados nas comunidades, toda uma gama de ações acadêmicas que levam o conhecimento à sociedade, à qual a Academia devolve as “informações historiográficas” que dela recuperou e interpretou, elaborando e reelaborando as “informações históricas”.

Uma ação do NDIHR poderá exemplificar bem esse processo de disseminação e socialização da informação – o Projeto História Local. Em um artigo escrito sobre o Ensino de História, Gonçalves (1993) revela a importância de “uma nova noção de preservação” oriunda da população estudada e “compreendida enquanto socialização de um saber”:

Esse momento é importante para que seja possível a construção de uma nova noção de preservação. Compreendida enquanto **socialização de um saber** que não é mais imposto, mas gerado a partir da comunidade e que a ela retorna. Um saber que pode estar presente no monumento, na praça, na rua, nas manifestações culturais. Só reconhecendo a sua importância na história do município e na construção da sua realidade é que será possível à população sentir necessidade de preservar aquilo que brota nela. (GONÇALVES, 1993, p. 266. Grifo nosso).

O Projeto de História Local, por si só, é completo e tem, entre seus objetivos, buscar a história local na experiência da população de cada município estudado, dar voz àqueles que não tinham voz histórica, é construir um saber que vem através de sua memória coletiva e social, que é o “fazer história”. Trata-se de

[...] possibilitar às comunidades locais meios para perceber o inter-relacionamento da sua história e, portanto, também do nível das suas condições reais de existência, com os níveis mais amplos da história regional, nacional e mundial, é uma das preocupações centrais desse projeto. Possibilitar a compreensão de que a solução de muitos de seus problemas se reporta a outras instâncias que não e simplesmente a instância local. Buscar o reconhecimento de que município não é uma entidade ideal que se coloca acima dos indivíduos, mas uma construção histórica-social, uma conquista de todos aqueles que nele vivem é passo fundamental para lutar pela melhoria da qualidade de vida e para se compreender e preservar aquilo que é a coisa pública, o que em outras palavras significa **exercer plenamente a cidadania**. E isto só é possível a partir da compreensão da realidade vivida isto é a partir da **socialização do conhecimento**. (GONÇALVES, 1993, p. 267. Grifo nosso)

Silveira (2010), em uma mesa redonda da ANPUH- PB, no XIV Encontro Estadual de História, em João Pessoa, cujo título é “MEMÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA”, trata do ensino de História e de como a socialização cultural se dá através de processo educativo:

Por processos de socialização cultural que tenham como fulcro a compreensão sobre os sentidos do tempo. Em outras palavras, trata-se de construirmos processos educativos no e para o conhecimento histórico, de educar na e para a temporalidade. Essa é a tarefa precípua da História como

como a transmissão de um determinado patrimônio cultural, referente, pois, a nossas experiências vividas, o que quer dizer: as nossas experiências no tempo (SILVEIRA, 2010, p. 6).

## **2. A cultura política e os centros de documentação voltados para a pesquisa histórica**

No Brasil, pensar a pesquisa científica, na área de História, antes dos anos de 1950, 1960 e 1970, é pensar em uma pesquisa incipiente, produzida fora da Academia. Observa-se que grande parte dessa pesquisa ocorria em instituições como os Institutos Históricos e/ou por alguns escritores das mais variadas profissões, fossem eles jornalistas, dentistas, médicos, advogados etc., mas que escreviam por diletantismo prazeroso. Por vezes, professores de História da Academia, também, pertenciam aos Institutos Históricos e reforçavam a prática da história oficial com características factualistas de visão fragmentada, tradicional, do processo histórico.

A pesquisa histórica científica de cunho acadêmico, embora muito pequena, ficava restrita à Região Sul do país. Em outros estados do país, como já referido, ficava a cargo dos Institutos Históricos, que se preocupavam mais com a história local, sem relação com o processo histórico mais abrangente. Poucos foram os que se preocuparam com o patrimônio documental brasileiro, que ficava, quase sempre, sob a guarda de instituições privadas ou, ainda, na casa dos “donos” do poder de cada local. Moreira (1990) revela que, no Brasil,

[...] até o final da década de 1950 e início da de 1960, a preocupação com a memória documental brasileira ficava restrita a algumas poucas vozes, como José Honório Rodrigues, em especial no que diz respeito aos períodos mais recentes de nossa história. De resto, as atenções voltavam-se, quase que exclusivamente, para a documentação pública relativa à Colônia e ao Império, sob a guarda não apenas do Arquivo Nacional, mas também de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Museu Imperial de Petrópolis (Rio de Janeiro), além dos arquivos públicos e institutos estaduais. (MOREIRA, 1990, p. 69)

A pesquisa histórica brasileira era incipiente, como já foi dito, mas, com a vinda dos pesquisadores europeus e norte-americanos para estudarem no e sobre o Brasil, houve um significativo aumento quantitativo e qualitativo da pesquisa. A pesquisa

brasileira, com esses intelectuais de fora, divide-se em dois momentos: o primeiro, com a aceitação e o aprendizado; e o segundo, com um movimento conhecido como “fenômeno do brasilianismo”. Esse fenômeno diz respeito a como eram chamados esses pesquisadores estrangeiros, basicamente norte-americanos, que vieram para o Brasil devido às suas necessidades de conhecer a América Latina depois da revolução cubana. Segundo Moreira (1990),

A década de 1960, no que diz respeito à pesquisa histórica, foi marcada pelo fenômeno do brasilianismo, quando o interesse dos norte-americanos se traduziu em numerosos financiamentos para a realização de pesquisas sobre o Brasil. Motivadas inicialmente pela surpresa da revolução cubana (1959) - que desperta as agências de financiamento e as universidades norte-americanas para a necessidade de conhecer a América Latina e, assim, melhor avaliar a política externa dos EUA - grandes levadas de sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, e, principalmente, historiadores passam a vir para cá com o objetivo de explicar a história política e econômica do país, estabelecendo, assim, seu perfil como nação. (MOREIRA, 1990, p.66-67).

Massi (1990) nos oferece uma explicação sobre a conjuntura política e social do país nos dois momentos – o de aceitação e o de rejeição dos brasilianistas[2]:

Já há algum tempo os norte-americanos pesquisavam em território brasileiro, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Mas o contexto social e político era outro e as relações que estabeleceram com o país, distintas; os estudiosos locais aprendiam a fazer pesquisa com os estrangeiros, produziam os seus primeiros trabalhos. Portanto a recepção “nativa” aos estrangeiros foi naquele momento, calorosa. A partir de 60, o quadro se modifica inteiramente. Há uma vigorosa geração de cientistas sociais e historiadores formados aqui, o sistema universitário brasileiro encontra-se mais vertebrado com o início dos primeiros cursos de pós-graduação e o panorama político – marcado por tensões sociais e econômicas que culminaram no golpe militar de 64 – caracteriza-se pela forte repressão à intelectualidade local. Nesse contexto, a recepção aos estrangeiros, sobretudo norte-americanos, ganha outra coloração. (MASSI, 1990, p. 30)

No primeiro momento, a aceitação se dava pela necessidade de aprender a pesquisar com esses pesquisadores estrangeiros no Brasil. Mas isso começa a mudar, e a reação ocorre porque os pesquisadores norte-americanos tinham cobertura do governo brasileiro e podiam ter acesso a toda a documentação histórica pública e até a alguma privada. Esse privilégio era negado ao pesquisador brasileiro. Deve-se acres-

---

[2] A designação “brasilianista” deixou de ser objetiva para se tornar pejorativa.

centar que havia “[...] *dificuldade de acesso a documentos, principalmente pela inexistência de uma lei geral de arquivos que o regulamentasse, bem como a depoimentos*” (GASPARI, 1971, p. 38).

Essa abertura aos acervos brasileiros permitiu aos estrangeiros o acesso ao nosso patrimônio documental nacional, aos nossos bens culturais, como também às informações importantes dos arquivos guardiões da História Brasileira. Com a história do Brasil sendo escrita por estrangeiro, dá-se início a um movimento da intelectualidade brasileira, que reage de forma a mudar o cenário brasileiro no que tange a questões da pesquisa em algumas áreas do conhecimento que eram vetadas aos pesquisadores brasileiros. A reação deles e dos jornalistas nacionais se constitui uma verdadeira campanha contra os brasilianistas. Não podemos esquecer que o contexto brasileiro é de muita tensão com o golpe militar de março de 1964 e a instalação de um Estado ditatorial no país.

Esse movimento de insatisfação dos intelectuais brasileiros ficou bem explícito e gerou uma série de comentários nos mais renomados meios de comunicação e na chamada “Imprensa alternativa”. Os pesquisadores, ou melhor, os intelectuais brasileiros, para salvaguardar o nosso patrimônio arquivístico e histórico, começaram a expor os seus pensamentos em relação aos trabalhos de pesquisa realizados pelos pesquisadores de fora.

Pensamentos como o de Jaguar foram divulgados no Jornal O Pasquim, em 17 de novembro de 1977: “De uns tempos prá cá, apareceram no Brasil uns seres misteriosos intitulando-se brazilianistas para grande pasmo da população nativa e inveja dos cientistas locais” (JAGUARIBE, 1977).

A invasão desses “seres misteriosos” poderia provocar a “inveja dos cientistas locais”, mas dava elementos para a rejeição xenófoba, porque os “[...] *estrangeiros – “os forasteiros” – aparecem como privilegiados, na medida em que possuem verbas para pesquisa e **têm acesso a arquivos fechados** aos pesquisadores nacionais*” (MASSI, 1990, p. 32, grifo nosso). os brasilianistas eram bem mais informados do que os pesquisadores brasileiros, entretanto, o contexto sociocultural nacional limitou o trata-

mento das informações e a realização de análises concretas sobre nossa realidade.

Ressalte-se, no entanto, que a ideia de invasão não estava presente apenas no pensamento dos cientistas brasileiros. O governo brasileiro também passou a associar essa “invasão” de estrangeiros à noção de perigo:

Esse interesse norte-americano – existem quase mil brasilianistas – revela-se um fator inquietante, não só para o Brasil, mas para muitos outros países. Porque com esse sistema, eles obtêm um **volume de informações** que supera os conhecimentos que o próprio governo brasileiro tem a sua disposição. (Folha de São Paulo, 1977, p. 20, grifo nosso).

Assim, o primeiro momento da penetração de estrangeiros nas pesquisas sociais é a fase de deslumbramento, com a experiência em pesquisa norte-americana; o segundo momento, de rejeição xenófoba. Contudo, os pesquisadores brasileiros tiveram que superar essas posturas para “[...] assumir [em] finalmente a maioria intelectual que permite assimilação crítica” (NOVAIS; CARDOSO, 1982, p. 42). Essa maioria e maturidade são conseguidas quando os envolvidos percebem que não importa a nacionalidade ou naturalidade do cientista, mas o que ele escreve e como escreve. Na Universidade Federal da Paraíba, com a chegada dos professores provenientes de outros estados, também ocorreu o fenômeno xenófobo, que foi superado com trabalho, capacitação e competência profissional.

Toda essa querela em torno dos brasilianistas aponta/desnuda as péssimas condições de pesquisados pesquisadores brasileiros, as quais se revelam na infraestrutura – a falta de espaços apropriados para realizar as pesquisas; nos estudos universitários, os cursos de graduação visavam apenas formar professores, e não, pesquisadores; ausência de profissionais habilitados em pesquisas; a pós-graduação pouco ou quase nada existia e poucas ou raras agências de fomento que financiassem a pesquisa. Pode-se acrescentar, ainda, que o governo federal, assim como os estaduais e municipais, não apresentava interesse em salvaguardar ou preservar a documentação histórica nacional, o patrimônio arquivístico; haja vista que:

a preocupação do governo brasileiro com o desenvolvimento científico e tecnológico foi adquirindo maior consistência e amplitude no final da década de 1960. A primeira iniciativa governamental de propor, de forma explícita e sistematizada, a adoção de uma política científica e tecnológica para o país encontra-se no Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), estabelecido para o período de 1968-1970. O programa previa: o fortalecimento dos mecanismos financeiros de amparo a seu desenvolvimento, além de recomendar o das instituições nacionais de pesquisa; o incentivo à formação de pesquisadores; a reorientação do ensino universitário, com ênfase na pós-graduação, aliado a uma política de amparo aos pesquisadores (MOREIRA, 1990, p. 71).

O Governo Federal, então, começou a avançar, no sentido de incrementar a pesquisa no Brasil e,

em julho de 1969, o Decreto-lei nº 719 criava o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), através do qual seria dado apoio aos programas e projetos considerados prioritários para o desenvolvimento científico e tecnológico, principalmente para a implantação do PBDCT, que, por sua vez, reafirmava a maior parte das iniciativas propostas no PED, a serem alcançadas através da ação convergente de uma série de medidas. Destinava-se, portanto, a proporcionar recursos para a formação de recursos humanos e adaptação científica e tecnológica junto às universidades e instituições de pesquisa, bem como para a criação de uma infra-estrutura de apoio e informação técnica para a pesquisa. (MOREIRA, 1990, p.72).

O governo brasileiro se preocupava mais com a área tecnológica:

[...] tônica comum de todos os planos e programas governamentais podem ser traduzidos na preocupação com o desenvolvimento tecnológico do país, de modo a melhor capacitar as indústrias e com isso promover mais rapidamente o desenvolvimento econômico. De modo geral, portanto, tratava-se de uma estratégia de desenvolvimento baseada na interação de três conjuntos: as universidades e os centros de pesquisa científica, elementos fundamentais para a formação do pesquisador qualificado; os institutos de pesquisa tecnológica; a empresa, que, na qualidade de beneficiária última da nova tecnologia, também participava do esforço de financiamento das pesquisas. Nesse sentido, os programas de **desenvolvimento científico e tecnológico têm em comum a ênfase dada à informação, mais especificamente à recuperação da informação, ao processamento técnico de informações atualizadas** – resultantes basicamente de trabalhos de pesquisas no formato de relatórios, periódicos, preprints etc. fundamental para o melhor desempenho das pesquisas. (MOREIRA, 1990, p. 72. Grifo nosso).

Advém daí a necessidade de se resgatar informação e recuperá-la, porque estava literalmente espalhada pelos quatro cantos do país, jogada em qualquer porão, coberta de poeira, fungos e excrementos de insetos em qualquer banheiros em uso, descartada como entulho e lixo e, finalmente, em qualquer baú de famílias que deti-

nham ou detiveram o poder.

Para tanto, era preciso criar mecanismos para pesquisar, salvar, organizar, recuperar, disseminar e publicizar a informação. Assim, surge a ideia de criar, nas Universidades brasileiras, um órgão que pudesse desenvolver esse trabalho, formando equipes interdisciplinares para recuperar as informações e analisar, sob vários olhares, essas memórias históricas, esse patrimônio nacional. De acordo com Moreira (1990),

foi essa ênfase à informação que não apenas possibilitou, mas até mesmo favoreceu a criação, durante a década de 1970, de Centros de Documentação voltados para a pesquisa histórica, área que, até então, não havia sido incluída entre as prioritárias. Embora com objetivos práticos precisos, esses Centros tiveram sua existência justificada pela necessidade de sistematizar as informações na área das ciências sociais, de modo a torná-las acessíveis ao pesquisador. (MOREIRA, 1990, p. 72)

Assim, o Governo Federal começou a mudar o rumo dessas questões e passou a criar condições para que a pesquisa científica se desenvolvesse no país, como a própria intelectualidade nacional desejava:

[...] reação da comunidade acadêmica já se fez sentir em outubro de 1972, quando da realização do I Congresso Brasileiro de Arquivologia [...] Essa realização [...] refletia a preocupação dos profissionais do ensino da Arquivologia no país, mas também com a segurança dos documentos oficiais e privados e a implantação de novas técnicas voltadas para a preservação dos papéis (MOREIRA, 1990, p.70 -71).

Assim, parte da sociedade despertava para a necessidade de o país preservar e conservar a sua memória. Mas é tão somente

[...] a partir de 1975, [que o] movimento de apoio às ciências sociais foi reforçado com a nova política nacional de cultura definida pelo Ministério da Educação e Cultura, que, ao estabelecer a participação das universidades nas atividades de levantamento de acervos arquivísticos com valor histórico, estimulou, por seu lado, o surgimento de centros de documentação vinculados aos estabelecimentos federais de ensino (MOREIRA, 1990, p.73).

Começaram a surgir os Núcleos / Centros de Documentação e Pesquisa em algumas capitais do Brasil, e os primeiros centros de documentação foram voltados para a pesquisa histórica:

[...] o Centro de Documentação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, Unicamp (1971); o Centro de Memória Social Brasileira, do Conjunto Universitário Cândido Mendes (1972), e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas (1973) (MOREIRA, 1990, p. 66).

Os Centros foram criados em diversos estados, ou melhor, regiões. O Governo Federal precisava de informações de diferentes partes do Brasil que ele não conhecia. Dessa forma, a Fundação Universidade Federal do Mato Grosso, sediada em Cuiabá, elaborou um anteprojeto para implantar um Centro de Documentação. Esse documento possibilitou a criação dos Núcleos de Documentação em Mato Grosso e na Paraíba.

Ambas as instituições foram implantadas a partir de um projeto único elaborado no âmbito do Departamento de Assuntos Universitários, do Ministério da Educação e Cultura, em 1975, sob o título: “Implantação de Centros de Documentação e Informação Histórica Regional – Cuiabá, MT e João Pessoa, PB” (SILVEIRA, 1980, p. 250).

Nessa época, estava à frente desse Departamento o senhor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, que logo foi nomeado pelo governo militar, reitor da Universidade Federal da Paraíba. Assim surgiu o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal da Paraíba – NDIHR/UFPB.

### **3. O lugar da produção científica e da memória: NDIHR/UFPB**

Escrever sobre o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional é dialogar com Silveira (1980), pesquisadora, fundadora e coordenadora do Núcleo por diversas vezes. Para compreendê-lo, dispõe-se de textos, artigos e entrevistas da professora/pesquisadora em questão.

Iniciando com o seu artigo na *Revista de Ciências Humanas*, número especial de História, que comemorou o Jubileu de Prata da Universidade Federal da Paraíba e do Curso de História, em out/dez. 1980, essa revista trouxe dezoito artigos divididos em três seções: *I - Abordagens teórico-metodológicas, II – Estudos temáticos e III - Informes acerca do ensino-pesquisa de História da Paraíba.*

Por que fazer referência a essa revista? Porque, em seus artigos, percebe-se toda a mudança do Departamento de História da UFPB. Basta ver a estrutura da publicação. São as mudanças estabelecidas pela criação do NDIHR, que, em 1980, completava quatro anos de implantação.

Antes do NDIHR, o contexto intelectual paraibano não diferia de outros estados do Brasil, e na universidade, não havia espaço para se conceber uma pesquisa nos moldes modernos, principalmente, como projeto de interdisciplinaridade, com metodologias integradoras de diferentes olhares disciplinares, que investigavam e enriqueciam o conhecimento sobre processos históricos. Nesse caso, a pesquisa histórica estabelece pontes com a Antropologia, a Sociologia, a Educação, a Geografia, a Biblioteconomia e a Arquivologia, entre outras ciências.

O trabalho do NDIHR é de encontrar, recuperar, pesquisar e organizar os acervos históricos, ou seja, socializar a memória silenciada e trazê-la à “luz”, através da “memória arquivada”, assim como registrar, divulgar e disseminar a “informação histórica”. Por isso é importante desenvolver projetos conjuntos (interdisciplinares) e de desempenhos individuais na vida social dos grupos de pesquisa, que se formam através do interesse comum pelo mesmo tema e objeto. Esse objeto vai ser estudado por diversos olhares, metodologias e conhecimentos de vida diferentes. Essa interdisciplinaridade, existem várias abordagens dadas a um único tema e as próprias temáticas escolhidas tornam os estudos/pesquisas do NDIHR tão importantes. Esse Núcleo articula

[...] procedimentos da história, da sociologia e da antropologia. Isso leva os pesquisadores a cruzar instrumentos que permitem levantar dados sobre o conteúdo das obras, o contexto social, político, intelectual do momento estudado, bem como arguir sobre os efeitos políticos das ideias e dar conta das diferentes práticas que ancoram a constituição de uma nova cultura política. Mais ainda, apreender o complexo das relações sociais, a configuração dos grupos e a ação das gerações intelectuais em confronto (BASTOS, 2007, p. 102).

Esses pensamentos de interdisciplinaridade, de temáticas de história regional e local, permeavam as propostas de parte dos dirigentes da Educação Superior no País, como Lynaldo Cavalcanti, por exemplo, diretor do Departamento de Assuntos Universitários (DAU), que, em 1975, aprovou o Projeto de criação do Centro de Documentação de Cuiabá e incluiu, no mesmo projeto, o Centro de Documentação de João Pessoa.

Cavalcanti (1990), em depoimento prestado ao NDIHR sobre a sua administração como Reitor da UFPB, esclareceu suas preocupações com as atividades-fim da UFPB

e a busca de renovação da Universidade.

[...] eu fui um Reitor que assim que comecei a pensar o que eu ia fazer já no segundo semestre de 75, até discutindo muito com Zé Ramos, com Orlando, com Álvaro Braga, que trabalhava comigo no DAU, e o Sevá que vieram pra cá comigo. Então, isso tudo levou a que eu tivesse assim uma ideia do que eu podia fazer. Não se tratava muito com as atividades meio, na atividade meio defiro pra alguém e eu espero que resolva, agora a atividade fim era uma atividade difícil e botei na cabeça, as palavra-chave, que era **“regionalização”** e abaixo disso era **“interiorização”, “descentralização”, “integração”** e... tinha outra que eu não me lembro agora, mas o fato é que tinha essas diretrizes básicas, e **“diversificação”**. Se vocês examinarem o que eu fiz na Reitoria, **vocês vão encontrar varias dessas palavras-chave em ação,**

[...] Então, eu tinha essas diretrizes básicas da gestão e tinha depois as palavras-chave, que eram alimentos, mineração, **informação e documentação histórica regional**, um conjunto de coisas que eu achava que a Universidade entrando naquilo ali, [...] de uma forma integrada, [...] E aí a gente vê a questão da interdisciplinaridade nessas diretrizes. Eu coloco **interdisciplinaridade** como integração, integração horizontal, integração vertical etc., a acuação (sic) da pós-graduação no caso. Então, tinha essa posição de que a Universidade teria que se expandir né, e eu dizia muito isso na CAPES, eu dizia: “Professor Darci se prepare porque a Universidade paraibana vai ser o quarto polo de pós-graduação na região, doa em quem doer, com ou sem CAPES” (ALBUQUERQUE, 1990. Grifo nosso).

As diretrizes básicas expressas nas palavras-chave que resumem as metas do Reitor Lynaldo Cavalcanti Albuquerque para a UFPB eram mais do que necessárias.

Silveira (1980) revela como se encontrava a pesquisa historiográfica na UFPB, área de estudo de interesse de parte dos pesquisadores fundadores do Núcleo.

Uma das dificuldades maiores que se vinha enfrentando, no âmbito da área de história, na Universidade Federal da Paraíba, consistia na falta de uma estrutura montada para a pesquisa. Pesquisa havia – e isto é indiscutível – mas representavam um esforço isolado e sacrificado dos estudiosos, pois sem recursos materiais e financeiros suficientes para uma intervenção vigorosa no sentido de maior dinamismo às atividades de investigação da história Regional. Assim sendo, teoria e prática, em outras palavras, ensino e pesquisa enfrentavam, por falta de condições objetivas, uma dissociação usual, aliás, no sistema educacional brasileiro, gerando a distorção bastante conhecida: se não se faz, não se ensina a fazê-lo, ou seja, o ensino se converte em uma retórica e não capacita para o exercício da profissão. Acrescente-se a esse estado de coisas, o gravame da inacessibilidade aos acervos documentais, tanta a desconsideração ou a apropriação privatizada de que padece a memória nacional (SILVEIRA, 1980, p. 249).

O NDIHR veio para renovar, para implantar um novo conceito de se fazer pesquisa e história. Dessa forma,

[...] o projeto de montagem e consolidação dos Centros de Documentação Histórica Regionais tem seu conteúdo essencial nos preceitos, métodos e conhecimentos da Historiografia, caracterizada como uma importante área instrumental da Educação superior. Num sentido mais amplo, trata-se de um projeto de Ciência Histórica, conforme é modernamente compreendida no Brasil, na Europa e na América do Norte, por pesquisadores e autoridades que alargaram o estrito campo de trabalho sobre a história de personagens e épocas, para uma visão interdisciplinar e sistemática da evolução das sociedades e dos conhecimentos (IMPLANTAÇÃO..., [1975], p. 01).

Nota-se, em princípio, no primeiro parágrafo da justificativa do Projeto, que suas diretrizes básicas de implantação dos Centros são as mesmas do reitorado do Prof. Lynaldo Cavalcanti e que a história antes conhecida, de personagens e épocas, não cabia nessa nova estrutura nem naquela questão, já discutida no início deste texto, sobre quem deve fazer a história no Brasil. No projeto, fica evidenciado que cabe aos brasileiros fazer sua história, não importa seu lugar de nascimento – João Pessoa, São Paulo, Cuiabá, Fortaleza ou Rio de Janeiro. A história nacional é do cidadão brasileiro. Essa ideia se confirma no trecho a seguir:

Deve-se ainda diferenciar, antes de mais nada, a pesquisa histórica no Brasil da pesquisa história sobre o Brasil; e cada um dos dois casos, a pesquisa feita por pessoas e instituições Nacionais, da pesquisa feita por pessoas e instituições estrangeiras. Particularmente num projeto que envolve cooperação técnica internacional, pretende-se que seja, a longo prazo, desenvolvida a pesquisa histórica no Brasil e por brasileiros, como decorrência da extrema importância que têm a cultura e a convivência para a formulação apropriada de interpretações históricas (IMPLANTAÇÃO..., [1975], p. 04).

No Projeto dos Centros de Documentação, a questão com os brasilianistas também foi levantada e, com ela, as facilidades dos estrangeiros para pesquisarem a nossa história e nossos documentos e as dificuldades dos pesquisadores brasileiros em fazerem o mesmo:

Segundo depoimentos dos pesquisadores brasileiros, os estrangeiros chegam munidos de credenciais que abrem portas normalmente fechadas aos próprios brasileiros, com apoio financeiros e profissional de suas instituições de origem, e, com prazos de permanências de alguns semestres, voltam para Europa e a América do Norte, fartamente equipados para produzir seus trabalhos, os quais leremos, aqui no Brasil, anos depois, em línguas estrangeiras, ou em casos mais raros, traduzidos para português. Os brasileiros, em geral, deslocam-se da região onde residem, devido a dispersão das fontes, em períodos de férias, em licenças especiais, e quase sempre obrigados a pesquisa em tempo parcial, prevendo a complementa-

ção de seu tempo disponível com algum outro emprego remunerado. Assim, trabalham em geral com pressa, e meio as cegas, face à impossibilidade de contatos ou programas previamente combinados com os arquivos e institutos. Fatos como esses têm causados ressentimentos por parte do pessoal brasileiro, e têm sido objeto de manifestações governamentais, nos executivo e no Legislativo. Num projeto como esse, de Cooperação Técnica Internacional, podem-se e devem-se tentar outros esquemas de relacionamentos entre os estrangeiros e o pessoal local, para que sua estadia aqui seja frutífera para nós, além deles poderem desenvolver suas pesquisas e produzirem seus trabalhos individuais (IMPLANTAÇÃO..., [1975], p. 07).

Por tudo isso, seria necessário criar um mecanismo que ajudasse os pesquisadores brasileiros a terem condições de fazer pesquisa e história e de guardarem memórias. Assim, com esse objetivo, foi implantado o NDIHR em 1976 e

[...] institucionalizou-se em 1979, como órgão suplementar da Reitoria, após um período de experiência concreta que apontou do modo mais correto para sua estruturação em forma e conteúdo. Podem-se distinguir três fases distintas nesse processo: de 1976 a 1978, a montagem de seus primeiros quadros administrativos e científicos, de certa base física e de elaboração dos primeiros projetos; de 1978 a 1979, um direcionamento para institucionalização que, então, já se fazia necessário, através de debates internos como consequência e indispensável aprofundamento quanto aos propósitos do órgão; e a fase em curso a partir de 1979, pós-institucionalização, com a continuidade do debate com vista à consolidação do setor, e com os primeiros resultados das pesquisas, e uma análise de seu desenvolvimento (UFPB/NDIHR, Relatório - 1976-1980, 1980, p. 3).

A professora Rosa Maria Godoy Silveira, então coordenadora do NDIHR, esclareceu que a intenção foi “a da memória, a de fazer história”, pois, ao construir a “memória” e “fazer a História”, o NDIHR estava realizando sua missão. Isso permitiu que os pesquisadores pudessem

[...] repassar a nossa prática a outros pesquisadores e a outros centros congêneres que a exemplo do NDIHR, **buscam criar melhores condições para o trabalho científico**. Afinal se **um de seus objetivos permanentes é aquele de divulgação e informação**, interpretamos que na concretização do mesmo não cabe restringir-se apenas aos resultados dos projetos, mas também informar os resultados de natureza estrutural, pois afinal a implantação de um órgão de pesquisa e de documentação é um enorme e complexo projeto (UFPB/NDIHR, Relatório - 1976-1980, 1980, p. 1. Grifo nosso).

A preocupação com a teoria/metodologia foi relevante durante o processo de implantação do NDIHR, e sua documentação reflete essas discussões e revela um foco em conceitos a serem utilizados, principalmente os de história, de região, de interdi-

disciplinaridade, e outros, assim como no desenvolvimento de uma metodologia de trabalho científico. As preocupações, também, residiam nas temáticas a serem abordadas e nas técnicas que seriam utilizadas pelos pesquisadores, para que recuperassem as fontes históricas, e no tratamento a ser dado a elas, com o objetivo de se criar um acervo de fontes históricas a ser utilizado e reutilizado e na pretensão de produzir uma historiografia nas mesmas bases.

Portanto, em muitos momentos, a documentação do NDIHR revelou o treinamento de um determinado número de profissionais. Esse treinamento

[...] ocorre na Linha Temática, que deve demandar ao Setor de Treinamento apoio teórico-metodológico adequado àquela Linha Temática que, por sua vez, aplicará os instrumentais escolhidos. Ou ainda a prospecção documental se realizará na Linha Temática, que demandará ao Setor de Acervo aconselhamento sobre as fontes mais adequadas àquele tema (UFPB/NDIHR, Relatório - 1976-1980, 1980, p. 69).

Assim, o treinamento de pesquisadores e de bolsistas de iniciação científica, o apoio teórico-metodológico, a busca/recuperação de documentos e a elaboração de instrumentos de coletas deveriam ocorrer dentro das linhas temáticas para atender aos seus interesses.

A aprovação do projeto de implantação dos NDIHR, nas Universidades Federais da Paraíba e de Mato Grosso, pelos escalões superiores do Governo brasileiro, a saber: DAU e SG/MEC, e SUBIN/SEPLAN, conforme OF. Nº 869 do Departamento de Assuntos Universitários, de 15/03/76, possibilitou que a Universidade Federal da Paraíba executasse a criação do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, em março de 1976, como mostra o Quadro 1 da evolução da legislação.

**Quadro 1 - Evolução da Legislação do NDIHR**

Legislação	Atribuições
Portaria R/GR/nº015, de 01 de junho de 1976	Cria a Comissão de Implantação do NDIHR; fixa os critérios de sua composição para a designação dos integrantes e coloca a referida Comissão sob a supervisão da Pró-Reitoria para Assuntos de Pós-graduação e Pesquisa.

Resolução N° 26/79 – CONSEPE	Cria o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional e o estrutura como órgão suplementar, destinado à atividade de documentação e de pesquisa histórica regional, de apoio à integração ensino-pesquisa e à comunidade, na área científica.
Resolução N° 164/79 – CONSUNI	Aprova o Regulamento do NDIHR.
Regulamento do NDIHR (1979)	Fixa o conjunto de regras que definem o NDIHR.
Resolução N° 01/91 – NDIHR/ UFPB,29 de maio de 1991	Institui o Conselho Editorial das publicações do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional.
Resolução N° 26/96 – CONSEPE	<p>Fixa normas para a criação e o funcionamento de NÚCLEOS DE PESQUISA E EXTENSÃO e revoga as Resoluções 15/79 e 31/91 do CONSEPE.</p> <p>“Art. 2º - Os Núcleos de Pesquisa e Extensão serão criados por Resolução específica do CONSEPE, mediante propostas apresentadas pela Reitoria, Pró-Reitorias ou Centros”.</p> <p>§ 1º - As propostas de criação de Núcleos referidas no caput desse artigo serão encaminhadas ao Reitor que, ouvidas as Pró-Reitorias pertinentes, submeterá as mesmas à apreciação e deliberação do CONSEPE.</p> <p>§ 2º - Deverão constar das propostas: [...]</p> <p>§ 3º - A justificativa constante na proposta deverá caracterizar a importância de criação do Núcleo em termos acadêmico-científicos e suas possíveis repercussões na sociedade, definindo-se explicitamente seus propósitos e atividade principal.</p> <p>§ 4º -Do projeto de implantação, deverão constar o programa de trabalho a ser desenvolvido e departamentos participantes do Núcleo, cujos docentes deverão ser cedidos inicialmente ao Núcleo.</p> <p>§ 5º - Do anteprojeto de regulamento, deverão constar a denominação do Núcleo, objetivos, estrutura organizacional e o órgão ao qual poderá ser subordinado. [...]</p> <p>Art. 3º - Os Núcleos, como órgãos suplementares, deverão apoiar, planejar, organizar, elaborar e executar programas e projetos relativos à pesquisa e à extensão, de forma articulada com o ensino, em complementaridade às atividades dos departamentos.</p>

	<p>§1º- As atividades a que se refere o caput desse artigo deverão ser prioritariamente de caráter multi e interdisciplinar, preferencialmente requerendo o trabalho integrado de especialistas entre várias áreas do conhecimento.</p> <p>§ 2º - Os Núcleos deverão envolver docentes pertencentes, no mínimo, a dois departamentos.</p> <p>Art. 4º - Os Núcleos, como os demais órgãos suplementares, serão subordinados institucionalmente à Reitoria, como previsto no Regimento Geral da Universidade.</p> <p>Parágrafo único - Por ato do Reitor, os Núcleos poderão ser subordinados a pró-reitorias ou centros, considerando em cada caso a sua atividade principal, propósitos, especificidade e abrangência, com base na proposta do regulamento, em conformidade com o § 5o do Art. 2 dessa Resolução.”</p>
<p>Fonte: Documento de Legislação NDIHR. Legislação SODS. Pesquisa e elaboração do quadro pela autora</p>	

A legislação sobre o NDIHR revela os caminhos legais percorridos pela instituição, desde sua implantação até a consolidação.

#### **4. Para além das estruturas**

O Regulamento do NDIHR de 1979 apresenta as seguintes finalidades permanentes:

- a) Colaborar na elaboração, apoiar e executar a política científica da UFPB, no que lhe for conveniente [...];
- b) Executar e/ou participar da execução de programas interdisciplinares, definidos pela sua política científica;
- c) Fornecer apoio instrumental de documentação e informação histórica para as atividades científicas e culturais dos organismos da Universidade e da comunidade, bem como a pesquisadores independentes;
- d) Atuar junto à comunidade (UFPB/NDIHR. REGULAMENTO, 1979, p. 1).

O NDIHR, para atender a essas finalidades, criou uma estrutura administrativa que contemplava: Conselho Técnico-científico, Coordenação, Arquivo Documental e Secretaria. Somando a essa estrutura-meio a estrutura-fim, pode-se apresentar o seguinte organograma do NDIHR:

Ilustração 1: Organograma do NDIHR.



Fonte: UFPB/NDIHR REGULAMENTO, 1979.

Essa estrutura foi uma produção da equipe de pesquisadores/professores do NDIHR, que pensou nessa estruturação como a forma ideal para se produzir a pesquisa e se fazer história no Estado. Segundo Silveira (1996), vinte anos depois da criação do NDIHR, em seu artigo: "Recuperar a memória, fazer história", publicado em Debates Regionais (1996), explicando as diferentes visões de como se "Fazer história", a autora fala sobre a proposta inicial do Núcleo e explicita a concepção de história adotada pelo grupo de historiadores que participaram de sua fundação. Ela denuncia uma história fraturada, positivista, linear, via de mão única ou sem desvios, e de verdades acabadas e defende o compromisso com a chamada História-processo.

Foram essas concepções que fundamentaram a prática historiográfica do NDHIR sob uma nova ótica, interdisciplinar, posto que ele adotou novas abordagens e temas bastante diferentes da produção historiográfica local, complementada com a mudança de foco e trabalhada para compreender o processo histórico regional contemporâneo.

Instaurou-se a polêmica. Primeiro, porque a área da História na UFPB era extremamente acanhada, à época, com poucos professores; segundo, porque não havia na área tradição de pesquisa; terceiro, porque os temas, não sendo propriamente clássicos da historiografia consolidada, causaram espanto: "imagine, Rede Urbana não é um tema para historiador", dizia um docente do então Departamento de Filosofia e História. E, então, poucos entraram na seara aberta pelo NDIHR (SILVEIRA, 1996, p.19).

A questão xenofóbica aterrissou na Paraíba e foi assumida pela Imprensa, mas não vale a pena repetir os termos empregados. A história oficial foi surpreendida por outra visão de História. Além disso, o lugar de ensinar a história da Paraíba, território sagrado dos intelectuais paraibanos, e como bem diz Silveira (1996), “reserva de mercado de paraibanos”, foi invadido por intelectuais de “fora” que, além disso, começaram a se preocupar com os movimentos sociais. Como, então, os “doutores do saber” ousavam trabalhar com essas questões, pior ainda, participar dessas mesmas questões como militantes, mudando o rumo das coisas já bem estabelecidas? Veja-se o relato de Rosa Godoy Silveira a esse respeito:

[...] quando o NDIHR começou a se preocupar e pesquisar questões sociais, relativas a setores populares, mas, principalmente, quando começou a participar contemporaneamente de tais questões, não só como objeto de estudo, alguns setores dirigentes da Universidade passaram a olhar meio que tortuosamente para o Núcleo e seus pesquisadores (SILVEIRA, 1996, p. 11).

Silveira (1996) esclarece, também, as questões que levam a essa reação contra os de “fora”: “a produção de um conhecimento novo *versus* a reiteração de uma historiografia sedimentada; a apropriação do saber histórico, a concepção de História como mero conhecimento *versus* a interrelação entre História-ciência e História processo-vida” (SILVEIRA, 1996, p.19). É com essas concepções de História que se tem trabalhado no NDIHR.

O caminho da produção historiográfica paraibana transformou-se com a criação do NDHIR. O fazer história era, antes, uma prerrogativa dos sócios do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), que apontavam a si próprios como os senhores da História paraibana, como afirma Dias (1995): “[...]os fundadores do Instituto marcaram a si próprios como um divisor de águas. Antes deles, não havia história da Paraíba, a partir daquele momento, passava a existir, começara a feitura dessa história” (DIAS, 1995, p. 27).

Hoje é possível entender bem mais que, em plena política de criação, as ideias e os ideais estavam preconcebidos, e os que fundaram o NDIHR vieram para transformar, formar, ou melhor, mudar todo um pensamento de uma época que

estava arraigado tanto na Universidade como fora dela.

Vale ressaltar que os professores/pesquisadores vindos “de fora” foram os verdadeiros dirigentes dessa “nova história” na Paraíba, mas o que foi efetivado só foi possível pela associação com a base de uma boa parte de professores “novos” do Nordeste, e, em particular, da Paraíba que, inclusive, assumiram as coordenações das Linhas Temáticas. Esses professores “novos” contribuíram para as transformações. Os “novos de fora” implantaram e, com “os novos” do Nordeste/Paraíba, consolidaram e expandiram, fixando uma nova base teórico-metodológica que ficou marcada na Historiografia paraibana.

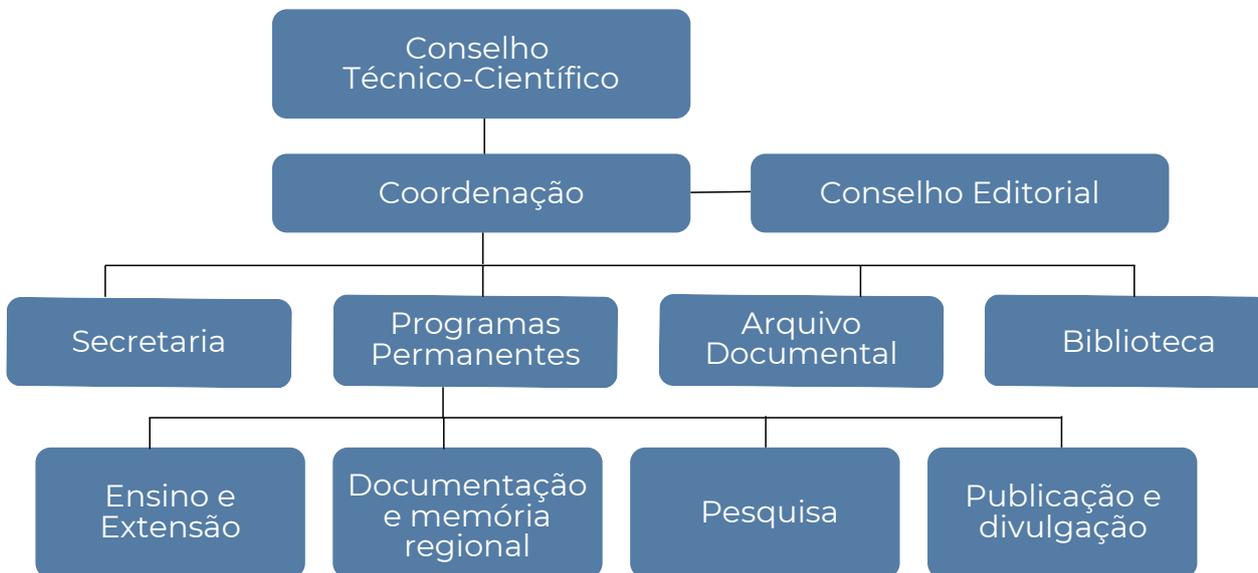
A expansão dos Núcleos, especificamente do NDIHR, requereu da UFPB uma nova resolução, como, por exemplo, a Resolução nº 26/96 do CONSEPE, que fixava novas normas para a criação e o funcionamento de Núcleos de Pesquisa e Extensão. Nessa nova regulamentação dos Núcleos, o NDIHR também teve que se reformular. Em 1997, a estrutura administrativa do regulamento do Núcleo era constituída assim:

Art. 5º - A administração do NDIHR será exercida pelos seguintes órgãos:

- a) Conselho Técnico-científico;
- b) Conselho Editorial;
- c) Coordenação;
- d) Secretaria;
- e) Supervisões dos Programas Permanentes;
- f) Arquivo Documental;
- g) Biblioteca (UFPB/NDIHR REGULAMENTO, 1979).

Nessa nova estrutura, que permanece até o momento, poucas mudanças são percebidas: saiu a Direção e entrou a Coordenação; o Acervo foi dividido entre Biblioteca e Arquivo, responsável pela acumulação e guarda da produção da instituição. Veja-se o organograma atual:

Ilustração 2: Organograma do NDIHR (1997).



Fonte: UFPB/NDIHR REGULAMENTO, 1997. Elaborado pela autora.

Nessa nova estrutura, está presente o Conselho Editorial do Núcleo, criado pela Resolução N° 01/91 - NDIHR/UFPB – de 29 de maio de 1991. Essa norma estabelece:

Art. 1º - As publicações do NDIHR serão coordenadas pelo Conselho Editorial [...] Art. 2º - O Conselho Editorial tem por objetivo definir a política de publicação, estimular a divulgação da produção científica, aprovar as matérias a serem publicadas e sugerir ações no sentido de viabilizaras publicações do UFPB/ NDIHR (RESOLUÇÃO..., 1991, p. 1).

Portanto, os 16 anos anteriores de publicação da produção do NDIHR não foram regidos por um Conselho Editorial normatizado. Aliás, esse conselho é fruto das experiências vividas e pensadas pelos pesquisadores/professores do NDIHR, em sua prática de pesquisa e publicação.

### 5. Executando as finalidades dos Programas Permanentes do NDIHR

Os projetos do NDIHR geram sempre um produto final, que pode ser o relatório para a entidade financiadora ou a publicação de livros ou artigos em periódicos científicos produzidos pelo próprio órgão ou de outras entidades, e originam atividades de extensão, como palestras, cursos, seminários, entre outros. O NDIHR,

como já dito, preocupava-se com todos os passos da pesquisa, desde sua execução até o melhor método de guarda e divulgação dos seus resultados, ou seja, com a sua socialização, que se refletiu na preocupação com a organização de seu Acervo. Assim nasce a tríade documento-pesquisa-produção e, com ela, os programas permanentes: Pesquisa, Ensino e Extensão, Documentação e Memória Regional, Publicação e Divulgação.

### **5.1. Programa de pesquisa**

O Programa de Pesquisa do NDIHR foi discutido por pesquisadores de várias áreas. Depois de discutido e rediscutido, finalmente, é reestruturado, principalmente, porque muda o jeito de se “fazer História”. Essa nova geração de historiadores/pesquisadores, de “fora” e “prata da casa”, que havia chegado com o Reitor Lynaldo Cavalcanti, cuja ideia de que é preciso ensinar História e não só produzir professores, mas professores-pesquisadores que sejam capazes de ir buscar e beber nas fontes históricas primárias e de caminhar por caminhos nunca trilhados. A questão básica é “Fazer História”.

Neves (1979), em seu texto “Como se estuda História”, produzido com a pretensão de ser provocador, reflete sobre os aspectos que envolvem o estudo de História:

[...] o que existe é **fazer história** – atuar no processo histórico – que não é exclusivo de individualidades que se destacam por esse ou aquele motivo, mas é da própria essência humana e diz respeito **a todos os seres humanos** em todas as épocas. No bojo desse **processo histórico** o homem desenvolveu formas de conhecimentos que lhe possibilitam: compreender o processo por ele engendrado, compreender-se a si mesmo nesse processo e, conseqüentemente, situar-se como **agente** do mesmo (NEVES, 1980, p. 67. Grifo da autora).

O “Fazer História” transformou a Academia. Se antes, a historiografia era fora dela, com o Núcleo, essa realidade se modificou. À medida que os professores/pesquisadores do NDIHR produziam uma “nova história” no campo da pesquisa, essa transformação também ocorria na área de ensino, pensando-se no futuro, na renovação dos quadros. Os novos profissionais da História terminaram a graduação com a certeza de serem sujeitos da História, prontos para participar dela e para elaborar e reelaborar os registros históricos.

O NDIHR enriqueceu e renovou as temáticas estudadas pela historiografia paraibana, pois a levou para

[...] o campo da pesquisa questões fundamentais que não frequentavam a produção tradicional. Suas linhas temáticas trabalharam, pioneiramente, as questões urbana, agrária e de gênero; movimentos sociais, minorias, atividades e processos econômicos, a história dos municípios, processos eleitorais, elites políticas, entidades políticas e sociais populares, sindicatos, a Igreja, têm sido objetos dos seus diversos projetos.

As atividades de pesquisado NDIHR tiveram e têm o respaldo de sua política de documentação, a mais elaborada e diversificada do estado. A prospecção de fontes, a organização arquivística e bibliotecária de importantes acervos, a montagem de um acervo próprio, com documentos originais ou cópias microfilmadas, incluindo coleções de fotografias justificariam, por si só, o reconhecimento do Núcleo como inovador da produção historiográfica na Paraíba, na medida em que, com esses trabalhos, tem possibilitado acesso a fontes, até então, fora do alcance da maioria dos pesquisadores (NEVES, s/d, p.1).

Como se pode verificar, o Programa de Pesquisa tem uma ação efetiva na renovação e na multiplicação dos temas a serem estudados. Vale ressaltar que a denominação Linhas Temáticas precede a atual, Programa de Pesquisa. Segundo o Regimento de 1976,

[as] Linhas Temáticas constituem programas permanentes de pesquisa, com a finalidade de realizar a prospecção de fontes documentais e desenvolver estudos relevantes ao processo de desenvolvimento regional e são órgãos executores da política de pesquisa do NDIHR (UFPB/NDIHR, REGULAMENTO, 1976, fl. 11).

Atualmente, as Linhas Temáticas estão dentro do Programa de Pesquisa. Encontram-se no projeto de implantação do NDIHR as seguintes Linhas:

**Quadro 2 - Linhas temáticas propostas no Projeto de Implantação, 1976.**

Linhas	Atribuições
Formação histórica da rede urbana	Concentrar essa temática na Paraíba e em estados limítrofes, que seriam Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. Para isso, seria necessária a recuperação de fontes como mapas e plantas urbanas e de toda a documentação organizada e sistematizada pronta para recuperar sua memória histórica.

Tecnologia de sobrevivência e exploração do Sertão	Envolver o Polígono das Secas com vistorias, registro de técnicas empíricas de habitação, marcações territoriais, transportes humanos e de cargas, cultivo e extração vegetal e o estudo do subsolo e da água.
Desenvolvimento regional e redes de transportes	Estudar a evolução das redes de transportes e terminais, ou seja, ferroviária, rodoviária, marítima e fluviais, e analisados os documentos técnicos, comerciais e financeiros relativos ao uso dessas redes.
Expansão de fronteiras agrícolas	Estudar o registro de posse e transferência de terra, além de analisar as formas de trabalho e mão de obra indígena, escrava e livre.
História da pecuária nordestina	Estudar o regime de criação e a exploração econômica, estrutura fundiária, comercialização e industrialização dos derivados.
Economia pesqueira do extremo Nordeste	Focalizar as atividades praticadas no litoral como as formas de exploração comercial, técnicas de embarcações, captura, conservação e hábitos alimentares.
Migração de nordestinos e processo de caráter nacional	Identificar e analisar os processos de evasão e deslocamento dentro e fora da região e suas relações com o ciclo da borracha; com as grandes secas; na industrialização, em São Paulo; na implantação de Brasília e na Transamazônica. Por fim, a evolução demográfica de várias cidades do Nordeste.
Relações comerciais e financeiras da Paraíba com o exterior e com o eixo Rio-São Paulo	Estudar o processamento econômico e estatístico do comércio, impostos, empréstimos e capitais, no período republicano; evolução da balança de importações e exportações do Estado; questões econômicas locais de repercussão na esfera federal e no plano internacional e vice-versa.
Perfil antropológico de microrregiões paraibanas	Pesquisar o campo dos documentos familiares, religiosos e cartoriais e analisar a evolução das populações de origens portuguesa, indígena e negra; trânsito e permanência dos franceses e holandeses; as formas de organização familiar e comunitária; aspectos regionais da linguagem, mitologia, expressões artísticas e cerimônias.
Fonte: IMPLANTAÇÃO..., 1976, p. 37-38. Pesquisa e elaboração do quadro pela autora.	

Segundo o Projeto, cada linha de pesquisa tinha a sua especificidade, mas seu objetivo era de conhecer bem mais a região paraibana e a nordestina. Contudo, no Projeto de Implantação, seus autores percebiam a impossibilidade inicial do então

Centro de Documentação e Informação Histórica Regional (denominação inicial do Núcleo), CDIHR:

Não se pode pretender que o CDIHR, por si só no prazo previsto no projeto, consiga ou mesmo se aventure por todas essas linhas de pesquisa; de qualquer forma, em cada uma delas há já potencial e trabalhos parciais de algumas regiões ou épocas; em outras, a documentação já essa localizada, ou mesmo sistematizada; e, em função das possibilidades de financiamento e organização de equipes, a UFPB e outras instituições da região poderiam se envolver com trabalhos desse porte. Caberia então ao CDIHR, durante a fase de implantação do projeto, lotar seus primeiros arquivos de cópias, originais ou filmes da documentação básica para que os especialistas pudessem proceder à leitura e análise do material (IMPLANTAÇÃO..., 1976, p.38).

Neste documento, Oswaldo Sevá[3] revela como se realizaram as escolhas e a implantação das linhas que se desenvolveram no NDIHR, ao registrar a divulgação, a formação de equipes, os projetos e os contatos com as entidades de fomento, se já havia matéria coletada e as suas possibilidades. Tudo isso justifica por que algumas linhas se desenvolveram, e outras, não.

Os pesquisadores tinham a liberdade de escolha, pois, embora já tivessem sido estabelecidas, no Projeto de Implantação, as linhas temáticas a trabalhar, elas eram de inteira escolha do pesquisador e do seu interesse pelo tema, tanto que algumas nunca foram efetivadas, e outras novas surgiram a o longo do tempo. O NDIHR desenvolveu temáticas que não estavam no Projeto de Implantação como, por exemplo, a Linha Temática Questão Agrária. O Quadro 3, abaixo, elaborado pelo Professor Oswaldo Sevá, descreve o estágio inicial das Linhas Temáticas no período de implantação do Núcleo.

---

[3] Oswaldo Sevá, engenheiro que acompanha Lynaldo Cavalcanti desde o DAU/MEC, com quem veio para ajudar a implantar os Núcleos de Documentação em várias regiões do Brasil. Ver entrevista de Lynaldo Cavalcanti cedida ao NDIHR.

**Quadro 3: Estágio inicial de implantação das Linhas Temáticas do NDIHR**

Linhas de pesquisa	Divulgação e interesse	Detalhamento da linha	Formação das equipes	Contatos	Material coletado	Possibilidades
Formação da Rede Urbana	Já divulgada, Interesse grande	Alguns documentos parciais já produzidos	1 arquiteto 2 geógrafos 1 historiador 1 sociólogo Já trabalhando assessores e alunos combinado.	CCT - Campina Sec Plan Gov. do Estado, IBGE, IBAM, CNPq, F.G. Vargas, IAB, FUFMT	Algumas dezenas de fontes, coletados documentos planos e livros	A longo prazo, projeto de pesquisa de 2/3 anos com financiamento externo
Tecnologia de sobrevivência e exploração do sertão	Conversado com poucas pessoas	Não há	Não há (Apenas 1 antropólogo contactado e no momento, estudando propostas)	FUFMT (desenvolve linha semelhante)	Não há	Iniciar em fins de 76 início de 77
Desenvolvimento regional e redes de transporte	Conversado com poucas pessoas	Não há	Não há (Mas a equipe da linha 1 tem interesse no assunto)	Não há	Não há	Desdobrar, a partir da linha 1, durante o ano de 77
Expansão das fronteiras agrícolas	Conversado com poucas pessoas	Não há	Não há	UFPE – possibilidades de levantamento o conjunto sobre estrutura rodoviária da zona da mata	Não há	Participar com a UFPE e implantar em 77 após experiências iniciais
História da pecuária nordestina	Conversado com poucas pessoas	Não há	Não há	Não há	Não há	Implantar em 77 junto com a linha 4
Economia pesqueira do extremo Nordeste	Já divulgada, interesse razoável	Não há	Não há (Apenas um sociólogo contactado, no momento estudando proposta)	Informalmente UFCE (laboratório de Ciência do Mar)	Não há	A longo prazo, projeto com SUDEPE, início: formação de equipe em 76

Migração de nordestinos e processo de caráter nacional	Já divulgada interesse grande	Em preparo	No início (definido responsável e feitos primeiros contatos com docentes)	Informalmente UFPE, IJNPS, IPEA, CNRM e IBGE	Alguns livros Alguns censo.	Montar ainda em 76
Relações comerciais e financeiras da Paraíba com o exterior e com o eixo Rio – São Paulo	Conversado com poucas pessoas	Não há	Não há	Não há	Não há	Implantar em 77
Perfil antropológico de microrregiões paraibanas	Já divulgada, interesse grande	Não há	Não há	pesquisadores isolados com trabalhos em comunidades	Alguns artigos e relatórios de pesquisa:	Implantar em 77
Fonte: SEVÁ (1976). Documento à Comissão de Implantação do UFPB/ NDIHR – junho/79						

As Linhas Temáticas hoje trabalhadas foram escolhidas por grupos de pesquisadores em afinidades com seus respectivos objetos de estudo. Algumas linhas do Projeto de Implantação foram desenvolvidas porque havia o interesse de algum grupo; outras foram sendo implantadas com o decorrer do tempo histórico e da conjuntura que as favorecia. As Linhas Temáticas desenvolvidas no NDIHR são as seguintes:

a) Formação histórica da rede urbana	f) Manifestações culturais
b) Questão agrária	g) Sexo e relações de gênero
c) Estrutura de poder	h) Movimentos sociais
d) Indústria e trabalho	i) Economia pesqueira do Nordeste
e) Educação e sociedade	

Cada uma dessas Linhas Temáticas tem as suas histórias e seus perfis como também vários projetos. Escrever sobre cada uma delas constituiria um novo artigo, por isso tomamos, como exemplo para esse texto, a *Linha Temática Questão Agrária*.

Na Paraíba, a Linha Temática Questão Agrária foi criada no ano de 1990, a partir dos interesses acadêmicos de um grupo de professores e alunos de História, Geografia, Economia e Sociologia, ligados, formal ou informalmente, ao NDIHR, e veio preencher uma grande lacuna no que diz respeito ao estudo sobre os fundamentos agrários em que se assenta a sociedade paraibana.

Para sua implantação, foram criados três eixos de pesquisas articulados entre si: Balanço crítico da produção científica sobre a questão agrária na Paraíba; História recente dos Conflitos sociais no campo; e Processo de ocupação e organização do espaço agrário paraibano.

No decorrer do desenvolvimento das pesquisas, foi necessário realizar outros projetos, tais como: A questão agrária na visão dos cronistas e dos viajantes; e o Projeto de implantação e organização do Arquivo da Comissão Pastoral da Terra - João Pessoa/PB.

Considera-se que o NDIHR prestou serviços relevantes às comunidades com seu trabalho de pesquisa, uma vez que, no contato com os camponeses, o ato de pesquisar se configurou como uma ação de troca, de prestação de serviço, através do ensino e de ações de educação que reforçavam identidades e o sentimento de pertencimento ao local de vivência.

Como em toda linha de pesquisa, a produção documental, oriunda não apenas da elaboração e da realização desses projetos, mas fundamentalmente dos resultados gerados em decorrência de seus vários anos de pesquisas, representa um potencial temático de inestimável valor para as diversas áreas do conhecimento que lidam com questões como: trabalho, agricultura/uso e manejo do solo, movimentos sociais, estrutura fundiária, aspectos históricos e sociológicos, diferentes formas de visão da sociedade paraibana, entre outros.

O acervo é constituído de várias tipologias documentais, como: projetos, correspondência, relatórios, textos, fichas catalográficas, fichamentos, formulários, quadro de áreas de conflito e de assentamento, índices, recortes de jornais, entrevistas, boletins, planos de trabalho, provas, planilhas, portarias, panfletos, cartazes, convites e fotografias.

Atuavam nos profissionais de várias áreas: professores/pesquisadores, pesquisadores funcionários do Núcleo, voluntários, estudantes bolsistas e voluntários. O quadro 4 dos projetos executados nas Linhas Temáticas do NDIHR representa um levantamento de parte dos trabalhos, pois o seu universo é bem maior. Todavia, o quadro abaixo nos dá uma ideia do trabalho de pesquisa realizado, seus eixos e recortes espacial e temporal.

Quadro 4: Projetos executados nas Linhas Temáticas do NDIHR			
Linha Temática	Eixos dos projetos	Recorte espacial	Recorte Temporal
Questão Agrária	Ocupação do espaço agrário	Paraíba	-
	Formas de posse, propriedade e uso da terra	Sapé, Paraíba	-
	Conflitos de terra	Paraíba	-
	Política sesmarial	Paraíba	-
	Modernização agrícola	Paraíba	1822 – 1870
	Historiografia sobre a questão agrária	Paraíba	-
	Legislação trabalhista agrária	Paraíba	1963 – 1973
	Modernização fundiária	Paraíba	-
	Organização da documentação	Paraíba	-
Estrutura de poder	Processos eleitorais	Municípios do Nordeste João Pessoa – PB Cuité – PB	1982 1985 1986 1990
	Mulher e política	Paraíba	1928 – 1940
	Políticas públicas de Saúde	Nordeste	1850 – 1930
	Classes médias e representações	João Pessoa	1930 – 1964
	História oral das elites políticas	Paraíba	1930 – 1964
	Intelectuais políticos	Nordeste	-
	Legislação lusitana e vida privada	Nordeste	-
	Espaço e poder	Nordeste	-
	Nordeste e globalização	Nordeste	-
	Institucionalização universitária	João Pessoa	1960 – 1984
Política e cultura	João Pessoa	-	

Indústria e trabalho	Produção artesanal têxtil	Paraíba	1994 – 1996
	Memória de artesão	João Pessoa Ingá	1994 –1996 1990 – 1996
	Associativismo/cooperativismo	Ingá	1990 – 1996
	Ação da Igreja (Pastoral do Artesão)	Ingá	1990 – 1996
	Legislação industrial	Paraíba	1889 – 1930
	Moradia e trabalho	Rio Tinto	
	Evolução industrial	Paraíba	1889 – 1930 1940 – 1990
	Vilas operárias	João Pessoa (Torre)	-
	Disciplina do trabalho	Nordeste	1889-1920
	Classe operaria e industrialização	Nordeste	1889-1930
	Mão de obra e divisão do trabalho	Paraíba, Pernambuco	1992-1993
	Condições e trajetórias operárias	João Pessoa, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte	1992-1994
Educação e sociedade	História local (da colônia à atualidade)	Ingá, Pedras de Fogo, Conde,Areia, Cabedelo	Séc. XVI-XX
	Educação	Ingá, Pedras de Fogo, Conde,Areia, Cabedelo	Séc. XX
	Movimentos culturais	Areia, Cabedelo	Séc. XIX-XX
	Questão agrária, luta pela terra, sindicalismo rural	Ingá, Pedras de Fogo, Conde, Areia	Séc. XIX-XX
	Pesca	Conde, Cabedelo	Séc. XX
	Meio ambiente	Pedras de Fogo, Conde,Areia, Cabedelo	Séc. XX
	Atividades econômicas	Ingá, Pedras de Fogo, Conde,Areia, Cabedelo	Séc. XVI-XX
	Escola normal	João Pessoa	1884-1930
	Comunidade universitária e movimentos sociais	João Pessoa	1974-1998
	Universidade e ensino	Paraíba	-
Movimento sculturais	-	-	-
Sexo e relação degênero	Artesãs, operárias e relações de gênero	Paraíba	-
	Violência contra a mulher	Fortaleza, Natal, João Pessoa, Salvador	-
	Universidade e relações de gênero	Paraíba	-
	Saúde da mulher	Norte, Nordeste	-
	Ação pedagógica e relação de gênero	João Pessoa	-
	Judiciário, polícia e violência de gênero	Paraíba	-

Movimentos sociais	Estruturação do espaço urbano e conflitos de interesse	João Pessoa	1960-1983
	Associações de moradores e conflito popular	João Pessoa	1915-1986
	Políticas públicas e participação popular	Recife	1986-1988
	Estado e gestão dos conflitos urbanos	João Pessoa	1979-1986
	Denúncias e reivindicações populares	João Pessoa	1979-1988
	Lideranças de bairro e identidade política	João Pessoa (Gauchinha)	1979-1983
Formação histórica da rede urbana	Tipologia das cidades	Nordeste	-
	Poder municipal	Paraíba	-
	Formação de sítios históricos	João Pessoa (Rua das Trincheiras)	Séc. XVIII-XIX
	Cidades e memória	Mamanguape, Pilar, Areia	-
	Formação cultural das cidades	-	-
Economia pesqueira do Nordeste	Estuário do Rio Paraíba	Paraíba	-
Relações comerciais e financeiras da Paraíba	-	-	-
<b>Fonte:</b> NDIHR: Projetos. Pesquisa e elaboração do quadro pela autora			

A partir do exposto, evidencia-se a importância do Programa de Pesquisa porque nele se canaliza toda uma nova concepção teórico-metodológica de história que é trabalhada pelo NDIHR.

## **5.2 Programa de Documentação e Memória Regional**

Esse Programa atua como suporte para as pesquisas temáticas e na prospecção de fontes históricas. Essa posição e/ou prioridade justifica-se pela multiplicidade das temáticas desenvolvidas; pelos conjuntos informacionais da produção de vários projetos de pesquisa e documentação, com seus respectivos procedimentos metodológicos e, sobretudo, pela documentação histórica primária sobre a Paraíba Colonial e Imperial, recebida e/ou acumulada em função das pesquisas do órgão.

Ressalta-se que o conjunto documental e informacional contém registros em diferentes suportes, representados através das linguagens textuais, iconográficas, fonográficas e audiovisuais, os quais exigem tratamentos técnicos diferenciados. Os objetivos básicos do Programa de Documentação e Memória Regional são os seguintes:

- **Revigorar a política de estudo e as reflexões do Programa** sobre a proteção do patrimônio arquivístico, para estimular o debate e a troca de experiências, visando fortalecer projetos conjuntos de ensino, pesquisa e extensão e gerar novas ações;
- **Concluir a organização documental** das atividades-fim desenvolvidas pelo NDIHR em seu arquivo permanente, registrada em diferentes suportes;
- **Promover seminários mensais** sobre temas indissociáveis, como História, Memória e Patrimônio Documental;
- **Dotar alunos de História e de biblioteconomia**, que atuam como bolsistas e como auxiliares de pesquisa (voluntários), de conhecimentos teórico-metodológicos nas áreas de História e de Arquivologia, como ponto de partida para a pesquisa histórica;
- **Organizar os arquivos setoriais da UFPB** e capacitar servidores para organizarem arquivos e aplicarem a TTD da Reitoria, para atender satisfatoriamente à demanda institucional.

Para que os objetivos citados sejam executados no Programa de Documentação e Memória Regional, as ações devem ser divididas em três linhas, a saber:

- **Levantamento/referenciação de fontes históricas:** Consiste em recuperar, acessar e disseminar/socializar as informações contidas na documentação das Linhas Temáticas do Núcleo e respectivos projetos de pesquisa, implementando meios eficazes de acesso pleno;
- **Capacitação de recursos humanos:** É preciso capacitar os profissionais que trabalham no NDIHR e os que atuam nos Recursos Humanos da Universidade e de Instituições Públicas, para que atuem em arquivos ou com documentação, e alunos de História, Biblioteconomia e, atualmente, de Arquivologia;

- Organização de arquivos: Organizar a documentação do acervo do NDIHR, produzida em função dos seus Programas Permanentes: Pesquisa, Documentação e de Memória Regional, Ensino e Extensão e de Publicação e Divulgação e de outras instituições públicas e privadas.

A formação de acervo, como política do NDIHR, já surgiu no início de sua implantação. Por esse motivo, foi criado o Setor de Acervo responsável pelas regras de organização da documentação produzida, pesquisada, acumulada, registrada, comprada ou doada.

A Organização dessas fontes, ou seja, o resultado de toda pesquisa, seja no levantamento de fontes, na organização de acervos ou no recebimento de doações e de toda a documentação de cada Projeto, como o seu resultado final, e a documentação administrativa do próprio NDIHR, ficou a cargo da Professora Joana Neves, então coordenadora do Setor de Acervo.

Neves (1979) tinha ideias próprias sobre como seria essa organização e elabora, então, um documento sob o título “*Subsídio para estruturação do Setor de Acervo do NDIHR*”, sobre a maneira de organizar essas fontes. Segundo a autora, “[...] o NDIHR, agora no seu terceiro ano de funcionamento, tem como tarefa básica e imprescindível a sua própria estruturação” (NEVES, 1979, p. 1).

É evidente que, executando as suas funções, através da realização dos projetos, o NDIHR começa a gerar uma documentação resultante de suas atividades-fim e de suas atividades-meio. Às vezes, pensa-se que a documentação administrativa não serve para a pesquisa ou para a história, mas se concorda com Bellotto (1991), quando refere:

[...] esse conjunto de dados constituem a memória. Integraram-na os fatos e as reflexões que podem envolver um ato administrativo ou a vida e atuação de um órgão público, assim como as manifestações a respeito; transcendem a própria natureza administrativa que os criou ou dele dependem. Todos esses elementos, arquivísticos ou não, são iguais fontes a serem utilizadas pelo historiador. (BELLOTTO, 1991, p. 183).

No caso do NDIHR, conforme já referido, a organização dos documentos, seja os relacionados aos projetos de pesquisa ou ao levantamento de fontes ou doações rece-

bidas e, ainda, à documentação administrativa de cada Projeto ou do próprio NDIHR, foi objeto de reflexão desde os primeiros tempos, sob a orientação de Joana Neves, que alegou que, depois de três anos:

[...] tendo desenvolvido uma série de tarefas de pesquisas, tanto no que diz respeito a conteúdos (sobretudo na Temática Formação da Rede Urbana do Nordeste), como no que se refere a fontes documentais, a equipe que atua no Núcleo tem, no momento, condições e necessidade de organizar o trabalho em setores específicos para que cada tarefa adquira a profundidade desejável e, ao mesmo tempo, possa ser deslançada de forma sistemática, e sem entraves institucionais (NEVES, 1979, p.1).

Neves (1979) elaborou esse documento para ser discutido entre os pesquisadores e, agora, ele serve, como diz Bellotto (1991), de fonte para se ter ideia de como o trabalho do NDIHR foi planejado, refletido e executado. Esse documento é um dos muitos existentes no arquivo do NDIHR que reflete o pensamento daqueles que o criaram, sob uma nova luz, já tão falada neste texto (um novo jeito de fazer História, com interdisciplinaridade, regionalidade, novos objetos etc.).

Esse documento exige uma reflexão, em conjunto com a autora, sobre alguns pontos de importância fundamental para os caminhos percorridos pelos NDIHR. Ela inicia o texto afirmando que:

[...] o Setor de acervo se confunde com o próprio Núcleo, ou seja na sua configuração final o núcleo deverá se constituir em um grande acervo para realização de pesquisa sobre a história do Nordeste. Assim sendo, é preciso explicar muito claramente o que deverá ser um setor específico de acervo no conjunto da estruturação do NDIHR (NEVES, 1979, p.1).

Seguem-se as linhas e os princípios gerais defendidos por Neves (1979), para a estruturação do Setor de Acervo do NDIHR:

- União indissociável entre a formação do acervo e a pesquisa: “A formação de um acervo, no nível em que está a ciência histórica atualmente, constitui-se em uma tarefa altamente interpretativa e crítica, na qual a seleção e a organização do material representam uma postura científica face ao processo histórico gerada, ao mesmo tempo, das indagações que demandam a pesquisa e as fontes que a possibilitam” (NEVES, 1979, p. 1).

Para tanto, os princípios gerais orientadores da pesquisa deveriam ser os adotados para a formação do acervo, ou seja: conceito de história, estudos regionais e problematização da realidade nordestina atual.

Nesse sentido, em uma configuração estrutural, não se distinguiria a formação do acervo e o desenvolvimento das linhas temáticas, apenas haveria distinção de ordem funcional, pois “a organização do Acervo deve ser encarada como um aspecto parcial da organização da pesquisa, apesar de toda a individualidade que possa caracterizar o trabalho das equipes envolvidas nas diversas tarefas, quer de acervo, quer de temáticas” (NEVES, 1979, p. 2).

- A organização dos documentos não deve ser uma tarefa mecânica. Isso tem a sua vinculação com o fato de que o levantamento documental não pressupõe uma simples “coleta de papéis” uma vez que “o vasculhamento do passado, a coleta de fontes e de informações devem ser orientados, já se disse, por um criterioso e crítico questionamento do presente, fornecedor dos problemas e dos critérios para o estudo do passado. O documento recolhido é já resultado de uma seleção” (NEVES, 1979, p. 5).

Tal posição coloca a necessidade de se estabelecerem critérios e criticidade no trato da documentação, inclusive, na definição dos processos de guarda/eliminação.

- A noção de documento como registro, acervo e realidade social que o texto apresenta é bem própria do viés tomado pelos historiadores, inclusive quando lidavam com a organização do acervo – e que logo mereceu a crítica dos arquivistas. Daí, documento apareceu como “todo e qualquer registro do passado” e como “todo material que a própria pesquisa poderá gerar: mapas, desenhos, gráficos, fotos, filmes, gravações de depoimentos orais e todo e qualquer tipo de registro que se puder produzir” (NEVES, 1979, p. 5).

No que tange à realidade social, seja a “configuração material como mental, deve ser concebida como uma vasta documentação que ao Núcleo compete registrar para que os pesquisadores possam analisar e interpretar cientificamente” (NEVES, 1979, p. 5).

Assim, vê-se que o avanço conceitual sobre a História e suas fontes conduz a um olhar sobre documento na mesma perspectiva. Ainda demorou um pouco para que os conceitos e os princípios próprios da Arquivologia interviessem, dando espaço para novos temas e projetos, como os referentes à gestão documental.

Pode-se dizer que o conceito de documento expresso é pertinente para um texto que pretende colocar em discussão a formação de um acervo sobre a história regional. E, ainda, é um texto bem marcado pelo seu tempo, pois é informativo, estimulador da discussão e muito criativo no que se refere às suas propostas. A organização do Setor de Acervo estaria intimamente ligada ao de Pesquisa, que é “abrangente e globalizador das tarefas executadas pelo NDIHR”. Em alguns momentos, o texto parece utópico, em outro, profético, mas, sobretudo, com um forte sentido de realidade. Isso se expressa no quadro 5, sobre Projetos e propostas de levantamento/referenciação de fontes históricas.

<b>Quadro 5: Projetos e propostas de levantamento/recuperação de fontes históricas</b>		
Projetos	Data inicial	Observação
Memória fotográfica das comunidades pesqueiras do estuário do Rio Paraíba	1976	Concluído e publicado
Valorização histórico-cultural da cidade de Areia	1976	
Cadastro de entidades paraibanas	1976	Concluído e não publicado – dados e informações caducaram
Organização da Biblioteca “Irineu Pinto”, do IHGP	1976	Concluído
Levantamento das coleções de periódicos (Jornais) na Biblioteca “Irineu Pinto” do IHGP	1976	Concluído (Projeto experimental)
Levantamento dos acervos cartoriais do estado da Paraíba	1976/1977	Concluído - publicado
Catálogo, microfilmagem e organização do arquivo pessoal do Presidente João Pessoa, do IHGP		Concluído
Organização de um catálogo dos documentos referentes à História da Paraíba existente no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa – Portugal	1976/1979	Concluído e publicado
Projeto de levantamento de fontes sobre a História da agricultura no Norte-Nordeste – PLEFAAN	1977/1978	Não Executado
Projeto piloto de documentação fotográfica sobre os monumentos históricos	1977	Executado em três municípios: Areia, Alagoa Grande e Pombal
Memória oral das elites paraibanas (convênio com a Fundação Getúlio Vargas/CPDOC)	1978	Concluído não publicado
Projeto de levantamento de documentação paraibana em arquivos portugueses	1979	Concluído e publicado
Memória da Universidade Federal da Paraíba	1980	Concluído e publicado

Cadastro de entidades paraibanas	1988	Concluído em 20 municípios; não publicado como o de 1976, os dados também caducaram.
Projeto de organização do Acervo das obras de referências do NDIHR	1988	Concluído e não publicado
Aquisição de Relatórios de Presidentes de Província da Região Nordeste e catalogação dos Relatórios Paraibanos	1988	Concluído e publicado
Levantamento dos resultados eleitorais da Paraíba (1945-1990)	1990	Concluído e publicado
Levantamento das fontes para a história da indústria e do trabalhona Paraíba e em Pernambuco (1889-1930)	1994	Não concluído
Catalogação das obras raras do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP	1997	Concluído e publicado
<b>Fonte:</b> NDIHR: Projetos. Pesquisa e elaboração do quadro pela autora		

A capacitação de recursos humanos e a organização de arquivos são duas ações que se fundem, uma depende da outra; enquanto se capacitam os recursos humanos, organizam-se os arquivos e vice-versa. Na ação de organização de arquivos, o Núcleo executou os projetos listados no Quadro 6:

<b>Quadro 6: Acervos organização pelo NDIHR</b>		
Projetos	Data inicial	Observação
Projeto de Arquivo Público Histórico da Paraíba	1976	Concluído, feito um levantamento da documentação existente
Levantamento e catalogação da documentação do Arquivo Público do Estado da Paraíba	1977/1978	Concluído, feita uma listagem
ADUF/JP	1983 – 1984	Trabalho de Rosa Godoy como secretária da ADUF em 1983 – 1984 - inicia a organização do acervo da entidade
Acervo Pedro Santos: preservação e dinamização da cultura paraibana	1988	Concluído. Arquivo Privado - Negociação da doação do Acervo ao NDIHR
Organização e catalogação do arquivo pessoal do Professor Pedro Santos (maestro, cineasta e teatrólogo)	1989	Concluído com catálogo e não publicado
Organização do Arquivo da Central Única dos Trabalhadores - CUT/PB	1990	Concluído com inventário não publicado
Arquivo Histórico da Paraíba e sua reestruturação	1990	Não concluído por questões políticas do Governo do Estado
Projeto para consolidação do Acervo do NDIHR	1990	concluído
Organização, estruturação e implantação do Arquivo da Ação Pastoral Franciscana	1992	Concluído em 1997 - Arquivo privado, com vários instrumentos de pesquisa não publicados.

Organização do Arquivo da Comissão Pastoral da Terra – CPT	1993	Concluído com inventário, não publicado.
Proposta de implantação, regulamentação e organização do Sistema de Arquivos da Universidade Federal da Paraíba – SINAR/UFPB	1994	O NDIHR fez o Projeto, que foi encaminhado à Reitoria para ser implantado.
Projeto de organização do Arquivo do Instituto Histórico Geográfico Paraibano – IHGP	1994	Concluído com cinco instrumentos de pesquisa publicados - Arquivo Privado
Projeto de Organização do Arquivo Permanente da Assembleia Legislativa da Paraíba - Arquivo "Deputado José Braz do Rêgo"	1995	Não concluído pelo NDIHR por questões políticas da Mesa - Arquivo Público
Projeto de Organização do Arquivo Permanente do Tribunal Regional Eleitoral/ Pb	1995	Concluído com publicações
O Centro de Ciências Humanas Letras e Artes: das origens à Democratização (1960/1984)	1996	Projeto finalizado. Arquivo em organização
Projeto: NDIHR 20 anos de resgate e construção de uma história	1996	Concluído o projeto em 1997. Arquivo em organização
Proposta para Organização do Arquivo do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS	1996	Primeiro projeto do NDIHR - Arquivo em organização sem a participação do NDIHR
Organização do Arquivo do Grupo Fechado Centro de Documentação e Publicações Populares – CEDOP	1996	Concluído em 1996. Pertence, atualmente, ao Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Executado por alunos do Curso de Especialização em Organização de Arquivos (1º CEOARQ)
Organização do Centro de Referências Histórico-culturais da cidade de João Pessoa - FUNJOPE/Prefeitura Municipal de João Pessoa	1998	Concluído, mas não implantado por questões administrativas da Prefeitura Municipal de João Pessoa.
Projeto de Organização do Arquivo de Pessoal da Superintendência de Recursos Humanos – SRH	1998	Não executado pelo NDIHR por questões da Direção da Universidade Federal da Paraíba.
Organização do Arquivo da Arquidiocese da Paraíba – AEPB	1989	Concluído em 1992, com sete instrumentos de pesquisa - Arquivo Privado
Memória da produção científica do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (1974-1998)	1998	Concluído o projeto em 2000 - Arquivo em organização
Centro de História, Pesquisa e Documentação do Movimento Estudantil - CHPD/ME	1987	Organizado por Gloriete Pimentel e feito um levantamento de sua documentação, faltando só o fichamento na base do NOBRADE.
Consolidação do Acervo do NDIHR	1988	Sempre em construção
<b>Fonte:</b> NDIHR: Projetos. Pesquisa e elaboração de quadro pela autora		

### **5.3. Realização de seminários como momento de capacitação**

Os seminários, estratégia adotada com muita eficácia, abordavam temas gerais, como História, Memória e Patrimônio Documental. Tinham periodicidade mensal, e a clientela era formada por professores, bolsistas, auxiliares de pesquisa (voluntários) e todos os servidores que atuavam no Programa de Documentação.

A metodologia adotada envolvia a discussão de textos previamente selecionados, comunicação de trabalhos desenvolvidos ou em desenvolvimento e relato de dificuldades enfrentadas e/ou soluções encontradas.

### **5.4. Capacitação de alunos**

Os alunos selecionados para o desenvolvimento da pesquisa histórica eram capacitados através da participação efetiva no processo de organização dos Arquivos do NDIHR e outros órgãos da instituição; treinamento prático dos métodos e das técnicas de pesquisa histórica; leitura e discussão dos textos nos seminários mensais; apresentação de comunicações nos encontros científicos e produção de conhecimento sobre as atividades desenvolvidas.

A democratização da informação, que possibilita o acesso pleno aos usuários internos e externos, é propiciada através dos seguintes meios: divulgação de comunicação acessível no âmbito da UFPB; disponibilização, via internet, da produção científica, conforme disposição no Quadro de Arranjo do Arquivo, com o objetivo de esclarecer sobre a estrutura organizacional e o funcionamento do NDIHR; realização de cursos, com a finalidade de qualificar servidores públicos para organizarem arquivos, em convênio com Prefeituras Municipais; participação em encontros científicos, com vistas a expor as experiências e atualizar os conhecimentos, com vistas ao desempenho profissional qualitativo, dando prioridade a encontros estaduais e regionais, seminários e simpósios da ANPUH.

### **5.5. Programa de ensino e extensão**

Esse Programa compreende os trabalhos e as ações de Estágios, Extensão e apoio ao pesquisador. O estágio desenvolvido como bolsista graduando, na categoria de Iniciação Científica, contribui para legitimar a pesquisa como uma das atividades da Universidade e se constitui um exercício de pesquisa para formar professores/pesquisadores, que era destinada só para o professor e seu ensino.

A área de Extensão inclui os encontros científicos, os cursos e os seminários, e se destina a qualificar os pesquisadores do NDIHR e, simultaneamente, divulgar as diversas atividades do órgão, através da participação em eventos científicos, cujo teor se relacione diretamente com os trabalhos desenvolvidos no âmbito da pesquisa ou da documentação. Esses encontros podiam ser também de debates de novos temas, com ampla participação dos pesquisadores e alunos do NDIHR em atividades promovidas por outras entidades, para ensejar uma promoção do órgão, no âmbito externo à Universidade, para compreender bem o relacionamento entre os programas. Na apresentação da Revista Debates nº 1, a coordenadora do NDIHR e a diretora da ANPUH - Laura Helena Baracuchy Amorim e Irene Rodrigues Fernandes - respectivamente, falam da representação de todos os programas juntos: a Pesquisa e a Documentação, o Ensino e a Extensão e a Publicação e a Divulgação.

Por meio dessa Revista, o Núcleo de Documentação Histórica Regional convoca seus pesquisadores permanentes e visitantes, sejam docentes ou estudantes, a materializarem as suas reflexões e conclusões através de uma produção científica, questionadora e engajada no universo temático dos Programas do Núcleo.

Voltado para o atendimento de carências do ensino, pesquisa e extensão universitária, assentado em um processo de pesquisa e produção acadêmicas interdisciplinares, o NDIHR procura transpor os muros da universidade e chegar até a comunidade, divulgando e colocando para avaliação crítica os resultados obtidos nas investigações realizadas.

A participação dos professores/pesquisadores da Paraíba no XVII Simpósio Nacional da Associação Nacional dos Professores de História, ocorrido em julho último, em São Paulo, estimulou a produção dos textos que formam o corpo desse número 1 dos Debates Regionais. (AMORIM; FERNANDES, 1993, 1.)

Os cursos de curta duração tinham o objetivo de debater temas sobre a problemática espacial (a questão regional), políticas de documentação, mercado de trabalho, ocupação do espaço agrário; formas de posse; propriedade e uso da terra; conflitos por causa de terras; formação de sítios históricos; tipologia das cidades; estuário do Rio Paraíba; formação cultural das cidades; historiografia e literatura; atividades econômicas; movimentos culturais; educação; mulher e política; políticas públicas de saúde; classes médias e representações; história oral das elites políticas; produção artesanal têxtil; ações da Igreja; memória; memória de artesão e muitos outros.

Quanto ao apoio ao pesquisador, essas ações refletem no atendimento aos usuários interno se externos, como consulta ao acervo, orientação de fontes, microfílmagens ou reproduções xerográficas dos documentos que podem ser copiados, facilitação de acesso a outras Instituições de pesquisas, orientações teórico-metodológicas, assessorias e ações que se desenvolvem no cotidiano do atendimento ao usuário, com informações importantes para o desenvolvimento do seu trabalho.

Este trabalho contribui para o amadurecimento da experiência de profissionais e estudantes em atividades de pesquisa e para a organização da documentação. A partir desse Programa, houve um processo de crescimento na formação do pessoal envolvido com o NDIHR, através dos próprios quadros de pessoal, dos bolsistas de iniciação científica, de aperfeiçoamento[4], voluntários e profissionais que, cotidianamente, exercitavam seus conhecimentos para formar seus bolsistas.

---

[4] Aperfeiçoamento era uma bolsa do CNPQ para graduados recém-formados que ainda não tinham emprego, para continuarem pesquisando. No NDIHR, os últimos bolsistas de aperfeiçoamento foram Laudereida Eliana Marques e Tânia Maria da Silva, no Projeto de Organização do Arquivo da Arquidiocese da Paraíba. Posteriormente, essa modalidade de bolsa teve seus quantitativos reduzidos pelo CNPq.

### **5.6. Programa de publicação e divulgação**

Para divulgar ou socializar a informação, o NDIHR criou o Programa de Publicação e Divulgação, cujo objetivo fundamental foi o de divulgar os resultados de suas pesquisas. Para tal função, foram criados dois subprogramas: o Programa Editorial e o Programa de Intercâmbio.

Os objetivos básicos desse Programa eram: concretizar a pesquisa realizada, disseminar informações e socializar um conhecimento histórico e cultural. No Programa, começava-se a sistematizar o material produzido para sua publicação.

O Programa de Publicação e Divulgação, depois de ser estruturado, publicou o primeiro volume dos Cadernos de Estudos Regionais com vários temas. Ele foi reestruturado como órgão de divulgação dos trabalhos realizados pelo NDIHR. Em 1979, foi publicado o segundo número dos Cadernos de Estudos Regionais, que continham a documentação levantada em cartórios de várias cidades paraibanas; depois, foi lançado o 3º volume, com o tema “O Estuário do Rio Paraíba”, que apresentou uma análise socioeconômica; o 4º volume abordou a “Pesca da baleia” e “O Porto de Cabedelo”, e o quinto trouxe o tema “As lutas sociais na Paraíba” - das lutas camponesas ao conflito de Alagamar. Essas foram as primeiras publicações do NDIHR.

O intercâmbio manteve-se com regularidade de fluxo e de contatos, enquanto as publicações do NDIHR tiveram regularidade. Fazendo uma avaliação do Programa, quanto às condições de trabalho disponíveis, registra-se que faltava uma política editorial conjunta, definida no âmbito específico do NDIHR/UFPB, para manter a produção literária científica sem a ameaça de as pesquisas realizadas não terem seus dados ou suas informações caducados, tendo em vista que hoje, na área acadêmica, quem não publica corre o risco de ter seus temas publicados por outrem.

Outra dificuldade foi a de promover mecanismos institucionais capazes de viabilizar uma ação conjunta entre os professores de vários Departamentos que compunham o quadro de pesquisadores do NDIHR e que levassem as pesquisas desenvolvidas para serem divulgadas, socializadas em atividades didáticas e integrá-las como forma de ensino, utilizando-se para isso a produção do Núcleo.

Além disso, foi/era difícil conseguir financiamento para as publicações, e o NDIHR tentou contornar essa dificuldade com a execução de uma publicação simples, porque não dizer, caseira, com os TEXTOS UFPB/NDIHR. Contudo, mesmo para a publicação desse texto, precisava-se de tecnologia (equipamento de reprodução) e de uma mão de obra que não se encontrava no NDIHR. Segundo Ednaldo Alves, jornalista funcionário do NDIHR, em conversa informal, muitas vezes, o Núcleo teve que recorrer a equipamentos do CCHLA para imprimir os textos.

## **6. Considerações Finais**

O Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), como instituição criada há quarenta e sete anos para dar sustentação à pesquisa e ao ensino superior, firmou-se como um local de produção de informação histórica e historiográfica. Há que se ressaltar a socialização dessa informação através da produção literária científica, divulgada em eventos científicos e em sala de aula, por meio do intercâmbio e de ações de salvamento de fontes documentais primárias. O arcabouço teórico-metodológico adotado pelos pesquisadores, expresso nos resultados de suas pesquisas publicados, reforça a concepção do Núcleo como entidade que atua para preservar e conservar a memória local e agente no processo de instituição de uma nova maneira de 'fazer história'.

A produção literária científica do NDIHR forma um *corpus* de 67 publicações, divididas em seis séries e dois livros, a saber: a Série Cadernos de Estudos Regionais, com cinco publicações; Textos UFPB/ NDIHR, com 36 textos; Debates Regionais, com três números; NDIHR Documentos, com quatro instrumentos; Instrumentos de Pesquisa, com 13 publicações e Materiais Didáticos, com dez produções.

Publicadas entre os anos de 1976 e 1999, a produção literária do NDHIR perfaz o total de 185 trabalhos científicos, em diversos gêneros textuais e iconográficos: guias, catálogos, inventários, artigos, resumos, resenhas, relatórios, diagnósticos, projetos, levantamento fotográfico e mapeamentos.

Observou-se a presença das seguintes temáticas: Estrutura de Poder; Documentação e memória; Indústria e trabalho; Movimentos sociais urbanos e no campo; História local; Ensino de História; Teoria e Historiografia; Urbanização e modernização; Questão agrária; Cultura; Relações de trabalho; Regionalismo; Atividades produtivas; Relações comerciais; Mulher e literatura; Sindicalismo; Relações comerciais e Economia pesqueira do Nordeste.

Essas temáticas englobam dois importantes programas do Núcleo: o Programa de Documentação e Memória, que produziu 34 trabalhos, que correspondem a 18% da produção relacionada neste estudo, e o Programa de Pesquisa, responsável por 82% da produção.

Contabilizamos um total de 120 autores-colaboradores que publicaram seus trabalhos pelo NDIHR e cujo perfil observamos 12 diferentes formações acadêmicas. A formação acadêmica em História coube o número mais expressivo, visto que os historiadores colaboraram em todas as publicações. Os autores com formação em Biblioteconomia representam o segundo número mais expressivo e foram maioria nas Séries Instrumentos de Pesquisa e NDIHR/DOCUMENTOS.

Informação relevante para a definição do perfil dos autores-colaboradores foi o vínculo com a Universidade Federal da Paraíba. Enquanto mantinham o vínculo com o Núcleo, exerciam as funções de professor/pesquisador, pesquisador/funcionário, pesquisador/professor de ensino médio, com projetos no Núcleo e alunos (bolsistas de cursos de graduação participantes de projetos da instituição ou de Curso de Especialização em Organização de Arquivo promovido pelo Núcleo).

No andamento das nossas pesquisas, a dimensão histórica e a importância do NDIHR para o fortalecimento dos três pilares da universidade brasileira (Ensino, Pesquisa e Extensão) se destacaram. Historicamente, o Núcleo vivenciou três fases, que influenciaram o número e a temática de produções literárias científicas que produziu e disseminou, as quais denominamos de fase de implantação, de consolidação e de crise. Deixemos registrado que essas fases não são estanques, se imbricam, entretanto, foram perceptíveis as diferenças em relação à produção literária

e científica. Constatamos que, na primeira fase, a de implantação (1976-1980), houve apenas cinco publicações, concentradas em apenas uma série, Cadernos de Estudos Regionais, e no resgate de fontes documentais coloniais, com a confecção do Catálogo do Arquivo Histórico Ultramarino. Essa fase revela o momento em que o Núcleo “experimentava” as ações a serem desenvolvidas a posteriori.

De acordo com os documentos que analisamos e os depoimentos que ouvimos, podemos afirmar que as temáticas, nessa fase, ainda não haviam alcançado maturidade para revelar quais delas iriam se consolidar entre as elencadas pelos pesquisadores/professores fundadores do Núcleo.

Na segunda fase, a de consolidação (1981-1996), destacaram-se produções de pesquisas, como os Textos UFPB/NDIHR, e o início da produção de Materiais Didáticos sobre a história dos municípios paraibanos (História local). Foram publicados 56 títulos em 16 anos. Esses números nos levaram a inferir que houve o fortalecimento das pesquisas e, nesse momento, os Textos se tornaram o principal veículo de divulgação dessas pesquisas.

Observando os títulos das publicações desse período e a documentação pesquisada, podemos concluir que o motivo do aumento do número de publicações se deveu-se ao desenvolvimento do Programa de Documentação e Memória do Núcleo, responsável por projetos de organização de arquivos privados no estado da Paraíba, que deram origem aos instrumentos de pesquisa de cada acervo organizado.

Na terceira fase, a de crise, o Núcleo vivencia uma era de queda expressiva de publicações, pois nenhuma das linhas temáticas se desenvolveu após o ano de 2000, assim como nenhuma produção surgiu após 1999, apesar de a produção do NDIHR revelar um elemento extremamente importante para a pesquisa em ciências humanas, afinal, a documentação que a instituição amalhou, ao longo dos seus anos de vida, permite a realização de pesquisas em áreas distintas do conhecimento e sugere novas temáticas a serem pesquisadas na documentação existente em seu arquivo: administração pública, cidade, escravidão, ensino, indústria, memória da

UFPB, questão agrária, gênero, jornais imperiais e alternativos, marcas de leitura, urbanização e modernização, música, movimentos sociais, povos indígenas e indigenismo, trabalho, arquivos, demografia, movimento estudantil etc.

O pioneirismo do Núcleo deixou suas marcas na produção do conhecimento sobre a história paraibana, as quais podem ser identificadas em suas produções literárias científicas, que serviram como ponta de lança e como instrumento de defesa de uma nova concepção de História. O mapeamento dessas produções possibilitou-nos observar o NDIHR como uma Instituição-memória transformadora e marco na historiografia paraibana.

O caminho percorrido pelo NDIHR deu à história da Paraíba uma nova perspectiva de pesquisa, o conjunto de parâmetros por ele definido – pesquisar as fontes primárias da história regional e local de forma interdisciplinar, formando equipes para estudar os mesmos objetos sob os vários olhares – e os Programas Permanentes determinaram um modelo de funcionamento da pesquisa e confirmaram a missão que seu projeto de implantação propunha realizar. A associação do ensino e da pesquisa interdisciplinar sobre temas relevantes para a compreensão do processo histórico regional foi uma prática de vanguarda, que possibilitou a utilização de metodologias integradoras e que agregaram diversos Departamentos, como o de História, Geografia, Ciências Jurídicas, Ciências Sociais, Arquitetura, Comunicação, Biblioteconomia, Letras, Economia e Metodologia da Educação. Portanto, o Núcleo aglutinou vários centros da UFPB: o Centro de Ciências Humanas Letras e Artes (CCHLA), o Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN), o Centro de Tecnologia (CT), o Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) e o Centro de Educação (CE).

Em suas ações de pesquisa, o Núcleo identificou informações de importantes acervos históricos, recolheu-as, cuidou de sua preservação e de sua conservação, organizou-as, registrou-as e publicou-as. Outra ação de destaque do NDIHR foi caracterizada pelo referenciamento e a aquisição de fontes históricas, como é o caso dos relatórios de Presidente de Província e da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

Convém ressaltar que o salvamento de fontes documentais significou muito mais do que a simples ação de salvamento 'físico' de fontes primárias. Quando o Núcleo produziu seus instrumentos de pesquisa, realizou ações de representação das informações históricas sobre a Paraíba e garantiu que outros pesquisadores tivessem acesso a essas informações.

As produções literárias científicas do Núcleo são instrumentos de publicização das informações históricas e historiográficas produzidas pelos autores e atores que construíram essa instituição-memória. Outras formas ocorreram em eventos, congressos, simpósios, seminários, encontros, visitas dirigidas na própria instituição e em outras instituições, ação essa que marca o trabalho do NDIHR com os usuários internos (alunos, professores e funcionários) e externos da UFPB.

Hoje, 2023, refletindo sobre as ações do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), como Núcleo de pesquisa produtor e disseminador de produção literária científica, entre os anos de 1976 e 1999, podemos afirmar que a crise foi superada?

## 7. Referências

ALBUQUERQUE, Lynaldo Cavalcanti. **Entrevista cedida ao NDIHR em 12/09/1990**, em João Pessoa, tendo como entrevistadores: Claudio José Lopes Rodrigues; Zélia Melo; Rosa Maria Godoy Silveira e de Maria das Dores Limeira Santos.

ALEM, Silvio Frank. Apresentação. In: NDIHR. **Cadernos de Estudos Regionais**, ano IV, n. 4, p. 11-13. Jun. 1981.

AMORIM, Laura Helena Baracuhy & FERNANDES, Irene Rodrigues. Apresentação. In: NDIHR. **Revista Debates Regionais** - História, pesquisa e ensino. n° 1. João Pessoa, 1993.

BARROS, Ruston Lemos de. Apresentação. In: NDIHR. **Cadernos de Estudos Regionais**, ano III, n. 2, p. 9-12. Jun. 1980.

BASTOS, Elide Rugai. Interdisciplinaridade o CPDOC e o pensamento social brasileiro. In: CAMARGO, Célia et al. **CPDOC 30 anos**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 153-178. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br> Acesso em: 15 nov. 2011.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. 2. ed. rev. amp. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CALLADO, Antonio. Epígrafe. In: NDIHR. **Cadernos de Estudos Regionais**, ano 4, n.4, Jun. 1981.

CAVALCANTE, Lídia Eugênia. Memória, Informação e Acervo. In: PINTO, Virginia Bentes et all (org). **Ciência da Informação**: abordagens transdisciplinares, gêneses e aplicações. Fortaleza: UFC, 2007. p. 183-200.

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL. **Revista Debates regionais**: Fazer História: (Des)construção e (In)certeza, João Pessoa, nº 3, 1996.

DIAS, Margarida Maria Santos. **Intrepida ab origine**: O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local – 1905/1930. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora Ltda, 1995.

DIEHL, Astor Antonio. **Cultura Historiográfica**: memória, identidade representação. Bauru: Edusc, 2002.

DOUMENGE, François. Epígrafe. In: NDIHR. **Cadernos de Estudos Regionais**, ano 3, n.2, Jun. 1980.

FERRERA, Lúcia de Fátima Guerra. A organização de Arquivos e a Construção da Memória. In: **Boletim do Arquivo Eclesiástico da Paraíba**, ano I, n. 2, jul/dez, 1994.

FERRERA, Lúcia de Fátima Guerra. **O Ensino Superior e a Formação dos Intelectuais Paraibanos – CCHLA**. João Pessoa, maio de 2000. (Projeto de Pesquisa).

GASPARI, Élio. **A história do Brasil**: o passado do país está sendo escrito em inglês. In: Veja. São Paulo, n. 168, 24 nov. 1971.

GODINHO, V.M. Epígrafe. In: NDIHR. **Cadernos de estudos regionais**, ano 2, n. especial, Dez. 1979.

NDIHR. **Revista Debates Regionais**. História – Pesquisa e Ensino. João Pessoa, UFPB/NDHIR, nº 01, p. 263-277, 2º sem. 1993.

**IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL – CUIBÁ – MT - JOÃO PESSOA -PB. [1975].**

JAGUAR. **Entrevista com Ralph Della Cava**. 17 nov. 1977.

MADRUGA, Ana Glória Cornélio. Apresentação. In: NDIHR. **Caderno de Estudos Regionais**, João Pessoa, ano III, nº 3, p. 9-10, dez. 1980.

MASSI, Fernanda Peixoto. Brazilianismos, “Brazilianists” e discursos brasileiros. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 3, n.5, p. 29-44, 1990.

MOREIRA, Regina da Luz. Brazilianistas, historiografia e centros de documentação. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 66-74, 1990.

NEVES, Joana. Como se Estuda a História. In: **Revista de Ciências Humanas, UFPB – CCHLA**. João Pessoa, ano 2, n 4, p. 65 a 91, out./dez. 1980.

NEVES, Joana. **Subsídios para estruturação do setor de acervo do NDIHR**. 1979. (Mimeo)

NEVES, Joana; FORMIGA, Zeluiza da Silva. Apresentação. In: MEDEIROS, Maria do Céu; SÁ, Ariane Norma de Menezes. **O Trabalho na Paraíba: das origens á transição para o trabalho livre**. João Pessoa: UFPB,1999. 126 p. (Coleção História Temática da Paraíba, v. 1).

JAGUARIBE, Sérgio de Magalhães Gomes (Jaguar). **O Pasquim**. Rio de Janeiro, n. 438, 17 Nov. 1977.

PIRES, D. José Maria. **Proêmio**. Guia do Arquivo Eclesiástico da Paraíba. João Pessoa, 1992.

**PLANO ESTRATÉGICO DE AÇÕES 1993/1996**. (Reitorado Neroaldo Pontes de Azevedo). João Pessoa: Ed. Universitária, 1994.

RICCEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SEVÁ, Oswaldo. **Documento á comissão de Implantação do NDIHR/UFPB** – junho/79.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Apresentação. In: **Cadernos de Estudos Regionais**. João Pessoa, Ano1, nº 1, p. 7, 1976.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A Luta do Historiador. In: **Revista de Ciências Humanas, UFPB – CCHLA**. João Pessoa, ano 2, n 4, p. 13 a 21, out./dez. 1980.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A Pesquisa Histórica na UFPB – Implantação de um Centro de Documentação. In: **Revista de Ciências Humanas, UFPB – CCHLA**. João Pessoa, ano 2, n 4, p. 249 a 265, out./ dez. 1980.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Recuperar a memória, fazer história. In: **Revista Debates Regionais**: fazer história: (des) construção e (in)certeza, n. 3, p.11-19, 2º sem./ 1996.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Entrevista concedida a bolsistas para o Projeto NDIHR 2º Anos**: Resgate e Construção de uma História, Ataídes Cassimiro da Silva, Gorgina Alves da Fonseca e Vera Lúcia da Silva, em 21/05/1998.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Entrevista concedida a Adeilma Bastos**, em 17 de julho de 2007.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Memória e Ensino de História. In: **Anais do XIV Encontro Estadual de História**. João Pessoa, ANPUH/PB, 2010.

### **7.1 Fontes consultadas**

UFPB. Portaria R/GR/nº 015, de 01 de junho de 1976.

UFPB–CONSEPE. Resolução Nº 26/79.

UFPB – CONSUNI. Resolução Nº 164/79, 14 de maio de 1979 .

UFPB – CONSEPE. Resolução Nº 26/96.

UFPB – CONSEPE. Resolução Nº 07 / 97. UFPB – CONSEPE Resolução Nº 20/97.

UFPB/NDIHR. Proposta de elucidação do termo Linha temática – 15 de novembro de 1976. UFPB/NDIHR. Regulamento, 1979.

UFPB/NDIHR. Regulamento, 1997 UFPB/NDIHR. Livros de Atas nº 1 – 1979 - 91.

UFPB/NDIHR. Livros de Atas nº 2 –1991 – 1998.

UFPB/NDIHR. Relatório de atividades: Período:1976 - 1980. João Pessoa,PB. Abr. 1980.

UFPB/NDIHR. Relatórios de Atividades. Anos: 1978, 1979, 1981, 1982,1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1994-1996.

UFPB/NDIHR. Resolução Nº 01/91, 29 de maio de 1991.

**Missão do NDIHR:**

Resgatar a memória e construir o conhecimento crítico sobre a realidade nordestina.

